

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

SUBSÍDIOS PARA UMA LEITURA
SÓCIO-ECONÔMICA DA GRANDE VITÓRIA

CURSO PARA PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

1100832

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

SUBSÍDIOS PARA UMA LEITURA
SÓCIO-ECONÔMICA DA GRANDE VITÓRIA

CURSO PARA PRÉ-CANDIDADOS A VEREADOR PROMOVIDO PELA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

VITÓRIA, MAIO/92

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Albuino Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Luiz Paulo Velloso Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

Luciene Maria B. Esteves Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS

Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jussara Maria Chiappane

ORGANIZADORES DO DOCUMENTO

Érico Jenz Santos

Maria Célia Chaves Ribeiro

Mozart Silva Júnior

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

Datilografia

"Vedada a reprodução total ou parcial deste documento sem autorização escrita do IJSN".

APRESENTAÇÃO

Este documento contém uma síntese sobre a evolução da Região da Grande Vitória e sua atual infra-estrutura urbana, elaborada pelo Técnico Érico Jenz Santos e fundamentada em trabalhos realizados no Instituto Jones dos Santos Neves, textos parciais do documento "Estudos para Definição da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo - Caracterização Habitacional do Estado", volume 1, tomo 1 e 2, produzido nesta mesma instituição, e a tabela do IBGE contendo a evolução populacional dos municípios capixabas.

Os textos e tabelas foram selecionadas com a finalidade de instrumentalizar os pré-candidatos a vereadores dos municípios que compõem a Grande Vitória para uma melhor leitura da realidade sócio-econômica desta região.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 - INTRODUÇÃO	6
2 - HISTÓRICO	10
3 - QUESTOES DEMOGRÁFICAS	15
4 - INFRA-ESTRUTURA	21
 ANEXO 1	 51
REGIÃO IA - GRANDE VITÓRIA	
 ANEXO 2	 60
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE BAIXA RENDA DA REGIÃO	
 ANEXO 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMPONENTES....	 71
MUNICÍPIOS: CARIACICA, SERRA, VIANA, VILA VELHA, VITÓRIA	
 ANEXO 4	 115
EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS CAPXIABAS	

1 - INTRODUÇÃO

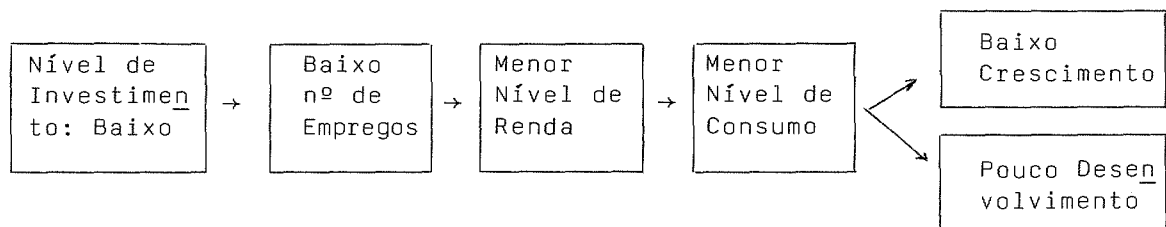
A questão econômica, reflexo direto do desenvolvimento, se fundamenta no estudo e na análise dos processo de produção e conseqüentes formas de distribuição e consumo, ou seja a dinâmica de organização de produção e comercialização de insumos. O processo se dá de forma **interativa** entre produção e **consumo** e as variáveis tem maior ou menor interação, em razão dos níveis pretendidos de investimentos. A atividade de consumo é extritamente importante no processo de produção, mas não dissociados de aspectos políticos e sociais, quase sempre interferentes nos reflexos finais.

O entendiemnto econômico de uma região se fundamenta na analise e avaliação da dinâmica de produção, comercialização e consumo, explicitando os mecanismo de organização; ou seja, de que forma se organize, como se dá o processo de produção, e porquê orcorre. De forma geral, o movimento do capital determina inúmeras alterações no mesmo espaço onde ocorre, haja visto que o investimento representa a principal variável econômica, definndo de forma decisiva o crescimento de uma região e, por conseqüência, os futuros impactos.

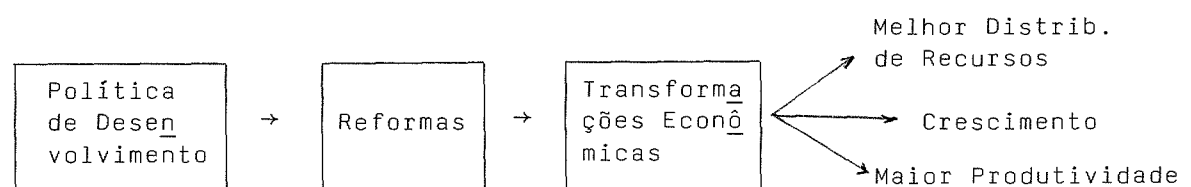
A economia instável que representa o país, gera incertezas quanto ao retorno do capital a se investir, tornando o processo decisório de investimento extremamente difícil. Numa economia predominantemente capitalista, a decisão de investir depende do retorno previsto no capital, das expectativas geradas no ato de investir e, por outro lado, o investimento seja de qual for, se matura no futuro, no tempo. quanto maior a incerteza das variáveis envolvidas e a dificuldade em se fazer previsões (expectativas), menor é a decisão de se investir. Dessa forma, não sd tendo definido um padrão de desenvolvimento, ele ocorre à revelia do setor ou setores

detentores do poder econômico; podemos até caminhar no sentido contrário, ou seja, a involução do desenvolvimento.

À dinâmica toda gera impactos imediatos no perfil urbano, sob os mais diversos aspectos, e o processo de geração de renda sofre significativas alterações. Basicamente, podemos dizer que quanto menor o nível de investimento, menores serão também o número de empregos, o nível de renda e o consumo. De forma bastante direta, todos esses parâmetros vão definir a economia de uma região.



O perfil econômico é decisivo na evolução do processo de desenvolvimento de uma região, trazendo consigo elementos que definirão ao longo do tempo os parâmetros básicos de crescimento, e respectivos impactos sociais.



A dinâmica urbana é diretamente influenciada pelas questões econômicas ou pelo modelo econômico adotado e é preciso que se proceda à interpretação da realidade urbana e os efeitos sentidos na infra-estrutura de uma região, decorrentes de todo o processo dinâmico de crescimento, nos seus mais diversos setores, quais sejam:

- Emprego
- Renda
- População
- Infra-estrutura
 - . Viária
 - . Energia elétrica
 - . Telefonia
 - . Saneamento básico
 - Abastecimento d'água
 - Esgotamento
 - Lixo
- Serviços
 - . Saúde
 - . Educação
 - . Transportes
 - . Lazer

A política de desenvolvimento deve passar pela interpretação da realidade urbana (econômica, social e política), gerando e alimentando através de ações integradas o Processo Dinâmico do Crescimento

No intuito de se definir investimentos que promovam o desenvolvimento, há que se incluir em toda dinâmica de decisão, um elemento fundamental de apoio: o planejamento. Sem que se promova a estruturação do planejamento, se torna inviável a monitoração do crescimento. A políticas descoordenadas e a um planejamento insipiente, corresponderá sempre ocupação e crescimento ruinosos com deficits sociais impossíveis de serem gerenciados e sanados a contento das reais necessidades.

O planejamento, com todas suas nuances (técnicas, sociais, políticas, econômicas, etc), deve vir como elemento capaz de **corrigir** desequilíbrios estruturais, a exemplo dos descompasso entre o ritmo de ocupação espacial e a implantação de in

fra-estrutura, equipamentos urbanos e comunitários, e serviços. A definição de bases para o ordenamento futuro deve proçurar otimizar os **sistemas urbanos** já implantados e/ou previsçtos. O equilíbrio entre produção e consumo deve ser meta priçoritária a toda política de desenvolvimento, definindo inveçtimentos e monitorando através de AÇÕES CONJUNTAS, os impacçtos daí decorrentes sob a ótica econômica e social.

PROCESSO DE DECISÃO

- Aspecto econômico
 - . investimentos, produção e consumo
- Aspecto político
 - . o que se pretende alcançar
- Aspecto social
 - . impactos, infra-estrutura, etc.

2 - HISTÓRICO

Sendo o Estado do Espírito Santo rico em recursos naturais, favorecido com clima tropical temperado, teve como base inicial de desenvolvimento, a agricultura, dependendo da produção agrícola, em particular do cultura do café, como fonte principal de recursos, de geração de renda.

Até a década de 60, o setor agrícola representou 53% da renda do Estado e, no que se refere à Grande Vitória, a atividade de urbana girava em torno da comercialização do café, e de serviços daí provenientes. A atividade portuária ligada ao comércio de produtos agrícolas e o centro urbano se desenvolvendo em torno disto, acenava para um Processo Centralizado, com equipamentos e serviços voltados à realidade econômica vigente.

A partir da década de 70, a dinâmica urbana de serviços e comércio passou a sofrer impactos em novos setores da economia. O setor industrial passou a se desenvolver, crescendo em taxas muito elevadas, alterando a distribuição existente, e substituindo progressivamente a economia voltada para a agricultura, por uma dinâmica predominantemente industrial.

A falta de uma política e outros fatores, contribuíram para acentuar o quadro, uma vez que "expulsou" a população que residia em zonas rurais, constituindo intenso fluxo migratório em direção ao centros urbanos, provocando inúmeros transtornos e problemas de assentamento urbano.

A geração de empregos e a mudança de perfil de renda da região da Grande Vitória passaram a exercer papel de atratividade em todo o Estado, acentuando ainda mais o fluxo que se instalava na região.

O perfil urbano/industrial, decorrente da instalação da CVRD, CST e outras, passou a definir a partir de então o padrão de desenvolvimento, e a atividade minério-siderúrgica passou a ser responsável pela maior parcela na geração de renda, direta e indiretamente como indutor de serviços e equipamentos urbanos.

Observa-se então, uma mudança do lixó de crescimento da cidade, acarretando uma solicitação intensa sob a infra-estrutura urbana existente, alterando e definindo novas formas de uso e ocupação do solo, bem como novo padrão econômico e social.

A consolidação deste novo modelo econômico-social vai acontecendo à medida que a indução urbana se torna realidade e, apesar da retomada da última década da produção cafeeira, em níveis superiores as décadas anteriores, não se verifica uma reversão da situação.

A indústria, em consequência da evolução de alguns setores estratégicos (siderurgia, papel e celulose, dentre outros) aumentou consideravelmente os níveis de produtividade da economia capixaba e, na presença de serviços básicos em constante crescimento, a atratividade urbana se torna cada vez maior. Assim, em meados da década passada, a agricultura participa com apenas 13% da renda do Estado, comportando-se de forma cíclica em termos de participação no cenário econômico, mas sempre em níveis bastante reduzidos.

Ainda na avaliação de processo de mudança, vimos o setor industrial modificar com o tempo sua estrutura própria, aumentando seu grau de especialização setorial, concentrando assim seu volume de produção em poucas empresas, nas de grandes dimensões. O setor serviços, mesmo crescendo a taxas reais elevadas, reduz, em consequência da crise que se

fez presente a nível nacional, sua participação na renda do Estado, atingindo na última década percentuais em torno de 45%.

Assim, ainda hoje, a região da Grande Vitória vem sofrendo a continuidade deste processo de industrialização iniciado nas décadas passadas, com um modelo econômico voltado para este setor, onde a convergência expressiva de estruturas básicas, e consequentes equipamentos de infra-estrutura social, fazem do meio urbano, expressivo pólo de atração regional dentro do Estado demandando, cada vez mais, soluções integradas, ações imediatas, e a definição de bases político-econômico-sociais para o ordenamento futuro, procurando otimizar os "Sistemas Urbanos".

As transformações econômicas ocorridas nas últimas três décadas no Espírito Santo, tiveram na região da Grande Vitória, o local, por excelência de suas transformações.

Hoje, já não se pode falar apenas na cidade de Vitória, mas na conurbação de cinco municípios (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra) que compõem a chamada microrregião da Grande Vitória. Quase nada mais resta da antiga cidade "provinciana" que tinha como funções principais as atividades administrativas de sede do governo e a exportação do principal produto agrícola do Estado. Essas atividades existem, mas não são mais as responsáveis pela dinâmica das transformações urbanas da região.

A Grande Vitória passou a ser o elo de ligações mais complexas com o capital nacional e internacional, sendo o centro de uma economia não mais monocultora de café, mas de agricultura diversificada e onde as relações capitalistas de produção são predominantes.

Isso porque as transformações, ocorridas em tão curto espaço de tempo, tiveram como características principais a instalação de grandes plantas industriais na área da Grande Vitória e a concentração urbana nessa região, seguida de baixa geração de empregos.

A economia do Espírito Santo é, hoje, altamente industrializada sendo este setor o responsável por 37% da renda estadual, enquanto em 1960 esse percentual era de 6% e em 1970, de 17%.

Por outro lado, a grande maioria das indústrias está instalada na região da Grande Vitória e áreas vizinhas — Aracruz, eixo Fundão/Ibiraçu, etc. — concentrando 46% dos estabelecimentos industriais em 1984 e 61% do valor da produção industrial em 1980. Hoje, o percentual da produção industrial concentrado na Grande Vitória já é bem maior, visto que as informações de 1980 não incluem a produção da CST, que entrou em operação em 1983.

Aliado a esse acelerado processo de industrialização, verifica-se um intenso crescimento demográfico, no qual, a região da Grande Vitória foi, em um primeiro momento, local de assentamento de grande contingente populacional expulso do campo devido à crise do café, passando, no final das décadas 70/80, a atrair também habitantes de outros Estados, principalmente sul da Bahia e Minas Gerais, em busca de inexistentes empregos.

Por outro lado, dadas as características do atual modelo econômico, voltado para a exportação, as grandes indústrias aqui implantadas praticamente não contribuem para a elevação da capacidade de endividamento do Estado, através da arrecadação de impostos, fazendo com que esse processo não esteja sendo acompanhado por investimentos públicos que garantam a infra-estrutura social adequada. Como as mudanças na política

econômica continuam a acontecer em ritmos acelerados, o Estado e, em particular, a Grande Vitória, não vêm conseguindo absorver adequadamente seus reflexos na estrutura urbana, onde cresce significativamente a periferia, e onde o grande número de pessoas vive subempregada.

Ao mesmo tempo em que a malha rodo-ferroviária-portuária potencializa as vantagens locacionais do Estado, capacitando-o a transitar para um padrão de acumulação de base "urbana-industrial", a nível da Grande Vitória, as deficiências físico operacionais dos Sistemas de Transportes e da malha viária básica, vêm elevando os custos com transportes para seus usuários e deteriorando a qualidade de vida de seus habitantes.

3 - QUESTÕES DEMOGRÁFICAS

A aglomeração urbana da Grande Vitória se estende desigualmente por áreas, contrapondo faixas compactas e de alta densidade e outras de ocupação descontínua. A expansão urbana da região ocorreu sobre uma grande diversidade do quadro físico. Foram ocupados tanto as várzeas, planícies, restingas, mangues e morros.

Com o crescimento populacional a partir das décadas de 50/60, foi necessária a anexação de novas áreas de urbanização, ocorrendo principalmente no município de Vitória, o avanço sobre o mar através de novos aterros.

O intenso processo de urbanização verificado em décadas passadas fez surgir vários conjuntos habitacionais na região, principalmente em Serra e Vila Velha, ao mesmo tempo que começaram a surgir "invasões" em morros e mangues, e ainda loteamentos "clandestinos" em todos os municípios do aglomerado.

Observa-se, em função da especialização funcional do espaço, expressivos bolsões ao longo do aglomerado, segregados no interior da região, em áreas fortemente servidas de condições básicas de moradia, com uma taxa de ocupação aquém das suas possibilidades, espetacularmente conservados.

Em vista dessas questões, conclui-se que a densidade média de cada município não reflete a realidade do aglomerado urbano. Observa-se que o espaço físico é constituído tanto por áreas de alta densidade, quanto por vazios urbanos inseridos na área.

Em virtude da ausência de um planejamento sistemático de uso e ocupação do solo urbano e como reflexo de um processo de especulação imobiliária exacerbado, o aglomerado urbano apre

senta áreas de elevada densidade demográfica "ilhadas" em regiões menos densas ou por vezes, de ocupação rala e até descontinua.

A evolução da ocupação do espaço urbano seguiu um modelo monocêntrico onde todas as áreas ocupadas "levitavam" em torno das atividades terciárias desenvolvidas no centro da Ilha de Vitória. A partir desse modelo, foi-se construindo um contínuo urbano, através da cornubação de parte dos territórios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, situando-se ao redor, áreas urbanas periféricas representadas pelas seguintes regiões:

- Sedes Municipais de Viana , Cariacica e Serra;
- Localidades Balneárias de Manguinhos, Jacaraípe e Nova Almeida (Serra) e Barra do Jucu (Vila Velha), algumas já com indícios de absorção da mancha conurbada.

A Grande Vitória cobre uma área de 1.461Km², e os municípios que a compõem apresentam o seguinte perfil:

- VITÓRIA

A cidade de Vitória se destaca por sua importância político-administrativa, como capital do Estado, e por sua condição de maior pólo de atração de viagens, uma vez que se constitui no principal centro de atividades sócio-econômicas da região. Com uma área total de 81Km² (39Km² na Ilha de Vitória e 42Km² no continente), da qual 66% já estão ocupados ou destinam-se à expansão urbana. Vitória abriga, de acordo com o último CENSO, uma população de 258.245 habitantes.

- VILA VELHA

Situado no Continente Sul, o Município de Vila Velha, que até bem pouco tempo caracterizava-se como núcleo dormitório, experimenta, atualmente, uma intensa ocupação demográfica. Essa ocupação é gerada por uma maior atuação do setor imobiliário, que tem sido atraído não só pela topografia plana da região, e pela beleza de sua orla marítima, mas, principalmente, pelas perspectivas de valorização dos terrenos, após a conclusão da ponte que a interliga aos bairros da zona norte da capital.

Entretanto, embora seu centro comercial e de prestação de serviços, situado na sede municipal, esteja se fortalecendo para atender à crescente demanda, verifica-se que ainda grande parte das viagens diárias deste município converge para a área central de Vitória. Com uma área de 232Km², dos quais 54,8% é urbanizável, Vila Velha conta atualmente com cerca de 265 mil habitantes.

- CARIACICA

Localizado a oeste da Ilha de Vitória o Município de Cariacica, com área de 227Km², abriga em sua zona urbana, uma das populações mais pobres da microrregião da Grande Vitória. Em razão de ser caracterizada como cidade dormitório, 50,1% de suas viagens diárias se dirigem para os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, tendo como causas a busca de trabalho, de comércio, de educação e de lazer. As atividades que mais se desenvolveram em Cariacica são o comércio pesado e as pequenas indústrias. O centro de animação, que se estabeleceu no bairro de Campo Grande, não dispõe de equipamentos suficientes para suprir as necessidades da população do município, estimada em, aproximadamente, 274.000 habitantes.

- VIANA

Com uma área de 328Km² e uma população de em torno de 44 mil habitantes, o Município de Viana, situado a sudoeste da ilha, encontra-se ainda muito pouco urbanizado. A região mais desenvolvida e de maior densidade demográfica deste município ocupa a área contígua a Cariacica, estendendo-se ao longo da Rodovia BR-262 até a sede municipal. A área restante, caracterizada, ainda, como zona rural, abriga fazendas e sítios. Por não contar com as atividades básicas suficientemente desenvolvidas, em seus limites, Viana "exporta", para os demais municípios da aglomeração urbana, a maior parte das viagens diariamente realizadas por seus habitantes.

- SERRA

Com área de 547Km², o Município da Serra, no Continente Norte, experimenta, atualmente, um processo acelerado de crescimento e de desenvolvimento notável, tanto em termos absolutos, como em comparação com os demais municípios da microrregião.

A implantação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT) e de uma série de outras indústrias de pequeno e médio portes, que se distribuem na região que liga a sede municipal ao Planalto de Carapina (além de contar com a presença da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST - e do Complexo Portuário de Praia Mole), têm atraído o interesse na aplicação de recursos, por parte do setor imobiliário. Além disso conta com a atuação, em grande escala, da Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB-ES) que, através do Programa Habitacional do BNH, vem construindo inúmeros conjuntos residenciais, para população de baixa renda, nas imediações das áreas industriais.

Embora já atraia grande número de viagens, o pólo de Carapina não dispõe ainda de infra-estrutura suficiente para sustentar as necessidades básicas da população desse município. Por essa razão também na Serra, grande parte das viagens, diariamente realizadas por seus 221.513 habitantes, se destina ao centro de Vitória.

A população urbana é predominante na Grande Vitória, sendo que o município de Viana é o que apresenta maior percentual de população rural. Como consequência da crise na agricultura, a população urbana da Grande Vitória apresentou significativas taxas de crescimento nas décadas de 50 e 60, mantendo-se com índice elevado de crescimento também na década de 70, quando o processo de industrialização se acentou na região. Projeções feitas para o PDTU/GV demonstraram taxas anuais de crescimento menores para as décadas de 80 e 90 (3,7% a.a), estimando uma população de 1.701.432 habitantes para o final do século. Quadro a seguir ilustra bem a questão.

POPULAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA E TAXAS DE CRESCIMENTO (1950-85)

ANO	POPULAÇÃO	TAXAS DE CRESCIMENTO (% a.a)
1950	11.931	-
1960	198.265	6,0
1970	385.998	6,9
1980	706.263	6,3
1991*	1.063.293	3,7

Fonte: Censos do FIBGE

*Dados Sócio-Econômicos da Grande Vitória - Caracterização do Uso do Solo Atual e Previsão - PDTU/GV

Quanto à distribuição da população entre os municípios da Grande Vitória, o quadro a seguir, baseado, em dados do último CensoEIBGE, mostra que excetuando-se Viana, os demais municípios apresentam percentuais bastante próximos de concentração populacional:

QUADRO

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NA GRANDE VITÓRIA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL	(Km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/Km ²)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
Vitória	258.245	24,29	81	3.188,20	2,0
Cariacica	274.450	25,81	273	1.005,31	3,4
Serra	221.513	20,83	547	404,95	9,3
Viana	43.836	4,12	328	133,64	5,8
Vila Velha	265.249	24,95	232	1.143,31	2,4
TOTAL	1.063.293	100	1.461	727.78*	3,7*

Fonte: Censo/91

*Valores médio para a região

4 - INFRA-ESTRUTURA

EDUCAÇÃO

A educação formal vem sendo incorporada aos diversos grupos da população nos últimos anos, mantendo e até decrescendo os indicadores de absorção e rendimento escolar nos níveis básicos. Devido ao alto índice de crescimento demográfico e conseqüente aumento da demanda, existe um expressivo contingente de crianças, até mesmo das primeiras séries de ensino, sem escola.

Conforme o "Documento Básico do Espírito Santo Século XXI", os pontos de estrangulamento na educação da Grande Vitória são:

- *"Concentra a maior parte dos recursos educacionais do Estado, em especial os voltados para o nível médio e o superior de ensino, tanto em estabelecimento como em professores/habitantes e equipamentos. Mesmo assim, não tem havido, historicamente, progressos significativos em indicadores como conteúdo, taxa de escolarização, alfabetização, etc.*
- *O progresso migratório tende a prejudicar esses avanços pela composição diferenciada dos fluxos.*
- *O aumento da taxa de escolarização não representa aumento da escolaridade.*
- *É bem alto o número de analfabetos, mesmo sendo a região com maior índice de alfabetização.*
- *Para todos os graus de ensino é nessa região que concentra o maior número de concluentes do Espírito Santo.*
- *O grau de retenção escolar cai bastante, à medida em que progride para as últimas séries do 1º grau e as do 2º grau.*

- O grau de habilitação de professorado só é conveniente nos casos das primeiras séries. No 2º grau é deficiente e inferior ao de outras regiões do Estado.
- Inadequação espacial do sistema face a eixos de expansão da demanda.
- Deslocamento entre conteúdos educacionais e a situação de vida da clientela¹

Os distritos pertencentes aos municípios de Fundão e Santa Leopoldina só possuem estabelecimentos de 1º grau, na maioria, escolas unidocentes, que oferecem numa mesma sala, funcionando no mesmo horário, as quatro primeiras séries do 1º grau.

ALUNOS MATRICULADOS POR GRAUS DE ENSINO

MUNICÍPIOS	DISTRITOS	1º GRAU	2º GRAU	SUPERIOR*
Vitória	-	45.454	17.284	11.456
Cariacica	-	48.202	4.848	-
Serra	-	34.999	1.217	-
Viana	-	6.577	360	-
Vila Velha	-	45.153	8.027	2.674
S. Leopoldina	Mangaraí	521	-	-
	D. Coutinho	161	-	-
Fundão	Timbuí	490	-	-
	Praia Grande	203	-	-

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e Cultura — DAD — 1989.

*Universidade Federal do Espírito Santo — 1989.
Ministério de Educação e Cultura — 1989.

¹Documento Básico Espírito Santo Séc. XXI - Versão Regional MRH 207 - Rede Gazeta, UFES, Geres, Bandes, Coplan - 1989.

SAÚDE

Nos municípios da Grande Vitória concentra-se grande parte dos equipamentos de saúde do Estado, principalmente os serviços hospitalares e os especializados (procedimentos diagnósticos e/ou terapêuticos que incorporam tecnologias sofisticadas).

O sistema de saúde nessa região apresenta os mesmos problemas verificados nas áreas urbanas brasileiras. Apesar de existirem serviços diferenciados, entre ambulatoriais e de hospital, a maioria da população permanece centrada na figura do hospital, por achar que este possui maior resolubilidade. A grande maioria dos serviços públicos ambulatoriais fica ociosa e sem muita credibilidade por parte da população.

Com uma população com cerca de um milhão de habitantes, a Grande Vitória possui 112 estabelecimentos de saúde, distribuídos nas categorias de Posto de Saúde (PS); Centro de Saúde (CS); Posto de Assistência Médica ou Policlínica (PAM/POL); Pronto Socorro (PR/S); Unidade Mista (UM); Hospital Geral (HG); Hospital Especializado (HE).

Os dados apresentados de Fundão e Santa Leopoldina se referem aos distritos contidos no setor. Nesses locais existem apenas serviços ambulatoriais que contam com a presença de poucos profissionais de saúde.

TABELA

ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Vitória	4	7	22	28	61
Cariacica	-	8	18	2	28
Serra	-	4	27	-	31
Viana	-	1	15	1	17
Vila Velha	-	6	25	8	39
Santa Leopoldina	-	-	4	-	4
Fundão	-	1	2	-	3

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde - 1989

Obs.: Os dados de Santa Leopoldina e Fundão se referem aos distritos de Mangaraí, Djalma Coutinho, Timbuí e Praia Grande.

Quanto ao sistema do número de leitos temos que, o município de Vitória detém 68% do total disponível na Grande Vitória, confirmando assim o seu papel **polarizador** de atividades e serviços dentro da região. (vide quadro abaixo).

QUADRO
NÚMERO DE LEITOS NA GRANDE VITÓRIA

MUNICÍPIO	PÚBLICOS	PRIVADOS
Vitória	828	1.358
Cariacica	385	-
Serra	220	-
Viana	46	-
Vila Velha	108	255

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde - 1989.

SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico, no que se refere a abastecimento de água, esgotamento sanitário e remoção de lixo, não dispõe de indicadores qualitativos suficientes para uma avaliação de eficácia/eficiência.

Em função disso, antes da apresentação dos dados quantitativos de equipamentos e serviços, serão aqui apresentados alguns fatores indicadores da qualidade do atendimento do serviço prestado.

O abastecimento de água é feito por um grande sistema e pequenos núcleos, administrados pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento - Cesan.

O sistema denominado "Grande Vitória" tem uma área de abrangência que inclui os municípios de Vitória, Vila Velha, Ca

riacica, Serra e alguns bairros de Viana. Os núcleos de Viana, Jucu e Fundão atendem respectivamente sede de Viana e Jucu (Viana) e distrito de Timbuí, em Fundão. O sistema Grande Vitória possui quatro Estações de Tratamento de Água - ETA - a saber: ETA I - Vale Esperança, com uma capacidade de 1500ℓ/s; ETA II - Cobi, 1000ℓ/s; ETA III - Duas Bocas, 270ℓ/s; e ETA V - Carapina 1400ℓ/s, atendendo 88% da população residente na área.

Os núcleos de Viana, Jucu e Fundão, com uma ETA cada um, atendem respectivamente 79%, 75% e 88% da população do seu raio de abrangência.

De acordo com análise da Cesan, o sistema de abastecimento como um todo necessita de obras no sistema de produção e na rede de distribuição.

Utilizando-se dados da CESAN acerca do número de economia residenciais e do Censo/91, chega-se a uma taxa de domicílios atendidos, de aproximadamente 92%, o que corresponde a um deficit aproximado de 84.000 pessoas. Este número de pessoas passa a 150.000, quando se considera o atendimento, com todas as características de precariedade.

Atualmente, a Cesan está ampliando o sistema Jucu, com a duplicação da produção da Estação de Tratamento de Vale Esperança.

Em relação a esgotamento sanitário, somente 11% dos domicílios da Grande Vitória têm seus dejetos tratados. As ETE's (Estações de Tratamento de Esgoto) estão localizados em poucos bairros dos municípios da Serra, Vitória e Cariacica. No município da Serra, as ETE's estão localizadas nos conjuntos residenciais recentemente implantados pela INOCOOP-ES (Barcelona, Calabouço, Civit, Castelândia, Laranjeiras, Maringá, Mata da Serra, Porto Canoa, Serra Dourada e Valparaíso); em

Vitória somente os bairros de Santa Teresa e o conjunto de Camburi possuem estação de tratamento, e em Cariacica, Marcílio de Noronha e Macambo. As demais localidades da Grande Vitória não possuem um tratamento adequado de esgotamento sanitário. Alguns bairros possuem até mesmo rede geral de esgoto, tendo como terminal a baía de Vitória e rios que compõem as bacias locais. Assim, um quadro geral de condições de infra-estrutura mostra que, de um total de 232.123 domicílios na Grande Vitória, 159.624 estão ligados à rede geral de esgoto sem tratamento.

Com uma produção de lixo doméstico de 0,5kg por habitante por dia², a coleta e destinação dos resíduos sólidos urbanos é um dos serviços mais deficitários do setor. A quantidade de lixo produzido na região da Grande Vitória está relacionada por município, conforme tabela a seguir:

TABELA
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO ATUAL DE LIXO

MUNICÍPIO	LIXO PRODUZIDO (TON/ANO)
Cariacica	49.539
Serra	20.756
Viana	5.580
Vila Velha	50.770
Vitória	50.602
TOTAL	177.242

Fonte: Procop-ES. Relatório do Inventário de Fontes de Poluição Industrial - Seama/Bandes/Coplan - 1990.

²Procop-ES. Relatório do Inventário de Fontes Poluição Industrial - Seama/Bandes/Coplan - 1990.

A coleta de lixo é feita por caminhões e não atinge a todos os domicílios do setor. De uma maneira geral, não há diferenciação entre o recolhimento do lixo domiciliar e hospitalar (exceto nos municípios da Serra e de Vila Velha).

A deposição final do lixo é feita em terrenos públicos, chamados "lixões", quase sempre localizados em áreas inadequadas, próximas a cursos d'água e/ou áreas residenciais.

TABELA

PRINCIPAIS PONTOS DE LANÇAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

MUNICÍPIOS	LOCAL	SITUAÇÃO
Vitória	São Pedro	Área residencial próxima ao canal da baía de Vitória (mangue)
Vila Velha	Barra do Jucu	Área próxima à lagoa Jabaeté
Serra	Bairro das Flores	Área próxima à lagoa Jacuném
Viana	Areinha	Área residencial
Cariacica	Itanhenga Cruzeiro do Sul Estrada do <u>Con</u> torno	Área às margens do rio Bubu Área residencial Área às margens do córrego Vasco Coutinho
Fundão	Praia Grande	Área próxima à praia

Fonte: Seama. 1989.

No que se refere à deposição final do lixo recolhido, somente os municípios da Serra e de Vila Velha possuem algum tipo de tratamento específico. Os demais municípios depositam o lixo a céu aberto.

No município da Serra o lixo hospitalar é recolhido em tambores de 200 litros, tampados e identificados com uma cruz vermelha, com uma inscrição "**lixo hospitalar**". Esse lixo é enterrado em trincheiras de 2,5m de profundidade.

Em Vila Velha, o lixo hospitalar é depositado em covas abertas diariamente, com cobertura imediata.

A prefeitura municipal de Vitória está concluindo a construção da Usina de Compostagem Reciclagem de Resíduos Sólidos Domésticos, cuja capacidade é de processamento de 480t/dia de lixo, com funcionamento de 24h/dia. Esse projeto atenderá o município de Vitória, diminuindo a quantidade de resíduos lançados no "lixão de São Pedro". A usina receberá apenas lixo urbano coletado por caminhões. O lixo hospitalar e os resíduos da varrição de ruas ainda não possuem um destino adequado.

Foram acrescentadas nesta Carta informações relacionadas à localização das Estações de Tratamento de Água (ETAS's), Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) e a localização dos depósitos de dejetos sólidos (lixões).

O número de domicílios dotados de atendimento de serviços básicos (água, esgoto, etc) reflete bem a situação da infra-estrutura na Grande Vitória. O quadro mostrado a seguir contém os dados obtidos pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo, quanto às condições de Infra-estrutura na região.

ENERGIA ELÉTRICA

Analisando o serviço público de energia elétrica sob o ponto de vista do atendimento aos consumidores residenciais, observou-se que aproximadamente 96% dos domicílios existentes são atendidos por este serviço.

TABELA

DOMICÍLIOS PARTICULARES POR MUNICÍPIO SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA

CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA	GRANDE VITÓRIA	MUNICÍPIO				
		VITÓRIA	CARIACICA	SERRA	VIANA	VILA VELHA
TOTAL DE DOMICÍLIOS	232.123	67.547	51.271	46.546	6.949	59.810
. ABASTECIMENTO D'ÁGUA						
- Ligado à rede geral	224.677	66.920	48.454	43.556	5.972	59.375
- Poço ou nascente	3.439	53	2.006	612	768	0
- Chafariz ou bica pública	497	220	0	277	0	0
- Outra	3.510	354	811	1.701	209	435
. ESCOAMENTO SANITÁRIO						
- Rede Geral	159.624	54.517	29.651	31.922	3.197	40.337
- Fossa Séptica	32.170	8.177	5.168	6.027	878	11.920
- Fossa Rudimentar	16.575	2.492	5.831	5.287	1.393	1.572
- Vala Negra	16.726	642	8.185	2.425	1.107	4.367
- Outro	2.976	581	912	519	134	830
- Não tem	4.052	1.138	1.524	366	240	784

Continua

Continuação

CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA	GRANDE VITÓRIA	MUNICÍPIO				
		VITÓRIA	CARIACICA	SERRA	VITÓRIA	VILA VELHA
. DESTINO DO LIXO						
- Coletado pelo Serviço Público	158.138	59.680	22.759	27.319	3.262	45.118
- Enterrado	2.026	66	616	747	51	546
- Queimado	33.031	2.580	14.552	7.676	1.748	6.475
- Jogado em terreno baldio	35.726	4.492	11.480	10.622	1.888	7.244
- Outro	3.202	729	1.864	182	0	427

FONTE - Pesquisa Habitacional na Área da Grande Vitória - Instituto de Desenvolvimento industrial do Espírito Santo.

Quanto à expansão dos serviços, a ESCELSA tem previsão de instalação de outra subestação em Campo Grande (Cariacica) e das subestações da Ilha do Príncipe e Bento Ferreira, além de expansão de linhas de transmissão e de distribuição.

Quanto ao consumo, tem-se que na Grande Vitória não são verificadas altas taxas de consumo em média, ficando nas faixas consideradas de baixo a médio consumos, ou seja, baixo até 200KWH e médio de 200 a 500KWH.

TELEFONIA

Sendo um serviço de alto custo (caro), é baixa a taxa de atendimento na região, ficando em torno de 31% (atendimento residencial). Quanto aos telefones públicos, verifica-se que um terminal serve a aproximadamente 464 habitantes.

A TELEST opera com dois tipos de estação central: analógica e digital (computadorizada). As estações analógicas tem limitação de serviços e de recursos tecnológicos, enquanto que com a implantação das estações computadorizadas, houve a possibilidade de utilização de equipamentos modernos, melhorando a qualidade de serviço.

TRANSPORTES

O sistema de transportes na Grande Vitória é, na realidade, o produto de vários sistemas, e seu desempenho função de vários fatores. A diversidade de condições de operação do sistema existentes em cada município, como demanda e suas variáveis, sistema viário, e outros, tornam a análise da questão bastante complexa. Assim, podemos dizer que, quanto a:

1. ÔNIBUS URBANO

O serviço de transporte coletivo, por ônibus, na Grande Vitória, tem suas linhas intermunicipais gerenciadas pela Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória - CETURB-GV, cabendo às prefeituras o gerenciamento das linhas municipais.

O quadro a seguir apresenta a distribuição de viagens diárias na Grande Vitória, dentre as modalidades operantes. Observa-se a intensa participação do modo ônibus, o que retrata claramente o baixo poder aquisitivo da população, e a necessidade de se investir no setor dentro da região.

TABELA
DISTRIBUIÇÃO MODAL DAS VIAGENS DIÁRIAS

MODO DE TRANSPORTE	TODOS OS MODOS (%)	MODOS MECANIZADOS (%)
Ônibus Público	42,88	68,85
A pé	37,72	-
Autos (condutores)	8,09	13,00
Ônibus fretado	3,65	5,86
Autos (passageiros)	3,25	5,22
Bicicleta	2,83	4,52
Transporte escolar	0,91	1,46
Moto	0,36	0,58
Barca	0,19	0,31
Táxi	0,04	0,07
Outros	0,08	0,13
TOTAL	100,00	100,00

Em função da estreita relação urbana existente entre os municípios que compõem a Grande Vitória, e o papel de significativa atratividade exercida pelo município de Vitória, o maior número de deslocamentos corre entre um e outro município. Assim, o sistema intermunicipal, através do Projeto TRANSCOL, detém o maior número de viagens e, serão aqui abordados alguns parâmetros operacionais, com o objetivo de elucidar a questão.

As 129 linhas que hoje operam no sistema intermunicipal, sendo 04 diametrais e 17 troncais, estão distribuídas em 10 empresas, através de uma frota em operação de 870 veículos. São transportados diariamente 37.5000 passageiros, o que corresponde a 6.270 viagens/dia (ida e volta).

Como dado adicional temos que a soma de seus itinerários perfaz diariamente 204.000km, e o maior número de viagens tem como destino o município de Vitória. Entretanto, tem-se verificado uma redução na utilização do sistema, que apresenta atualmente um IPK* médio igual a 1,80.

Com a implantação do Sistema TRANSCOL adotou-se a configuração tronco-alimentadora, e alguns benefícios incorporados ao sistema foram sentidos pelo usuário; como por exemplo, a maior opção de linhas operantes, melhor acessibilidade ao sistema e menor tempo de caminhada, a partir de integração nos terminais, e também a adoção de uma única tarifa.

Por outro lado, o crescimento da Grande Vitória fez com que novos bairros e comunidades fossem surgindo, demandando assim a criação de novas linhas, o que significou mais ônibus circulando na região. Assim, se por um lado pretendeu-se atender as novas solicitações de demanda, por outro, contribuiu-se para aumentar o volume total de ônibus nos corredores, acarretando, dentre outros, sobreposição de linhas,

*IPK - Índice Passageiro/Quilômetro.

maior tempo de viagem, queda na velocidade operacional do sistema, e ainda diversos transtornos à circulação do tráfego.

2. BARCAS

O sistema de transporte aquaviário é operado e gerenciado pela COMDUSA – Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento urbano, empresa de economia mista, ligada ao Governo Estadual através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas – SETR.

Compõe-se por um conjunto de três linhas - Paul/Centro, Porto de Santana/Rodoviária/Centro e Prainha/Dom Bosco/Centro - cujo movimento, após a reativação em 1986, é da ordem de 9.400 passageiros/dia, representando, portanto, apenas 0,71% do total diário de viagens realizadas na área de estudo.

Esse cenário decorre das características operacionais inerentes ao próprio modo aquaviário, cujo alcance limitado de sua área de influência direta só pode ser ampliado com um esquema de integração multimodal.

São as maiores dificuldades desse sistema:

- Pouca flexibilidade:

O sistema proporciona atendimento pontual, realizando ligações diretas, apenas entre os terminais;

- Necessidade de alimentação, por outros modos:

A área de influência direta dos terminais possui raio de ação restrito, necessitando, para incremento de demanda, da alimentação por outros modos;

- Elevado custo de implantação e operação.

Em decorrência dessas limitações, a simulação de redes, com diferentes combinações de integração rodo-aquaviária, conclui pela necessidade de adoção de tarifa subsidiada para a modalidade aquaviária, a fim de torná-la mais atrativa ao usuário, como sistema complementar.

3. SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO HORÁRIO NOTURNO

O serviço de ônibus noturno, na Grande Vitória, funciona no período de 0:00 às 05:00 horas, contando com 10 itinerários distintos, sendo quatro linhas municipais (Vitória) e seis intermunicipais (Vitória - demais municípios).

Criadas a partir de 1985, as linhas municipais têm itinerários diferentes daqueles percorridos no período normal de operação, funcionando todos os dias durante a semana, com índice de aproveitamento de 0,319 (número de passageiros transportados dividido pelo número de lugares oferecidos).

As linhas intermunicipais foram regulamentadas pelo DETRAN-ES em 1983, sendo que, das 13 linhas originais, existem, hoje, apenas seis operando com ou sem cobrador, com um índice de aproveitamento de 0,534.

As tarifas cobradas têm acréscimo de 50% a 100%, relativamente aos valores das linhas similares que operam no período comercial.

O elevado tempo de espera no ponto, devido à baixa freqüência do serviço, aliado à insegurança a que está exposto o usuário, seja nas paradas ou dentro do próprio veículo, faz com que a comunidade pouco utilize o serviço, fato que é agravado pela ausência de divulgação de itinerários e programação de horários.

4. SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO ÔNIBUS FRETADO

O transporte fretado na Grande Vitória funciona basicamente para atender aos deslocamentos de funcionários que trabalham em grandes empresas, entre elas, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, Vale do Rio Doce e Ferro e Aço de Vitória.

Surgiu como sistema de transporte coletivo, efetivado no contexto urbano devido à necessidade de serviços especializados, face às deficiências do sistema de transporte público de passageiros existente.

Para os funcionários, a vantagem está na quantia, quase simbólica, que pagam pelo transporte, enquanto que, pelo lado da empresa contratante, está a garantia da pontualidade e assiduidade.

Outro segmento que também é atendido pelo transporte fretado é o escolar. Com suas características bastante peculiares, esse tipo de serviço é atendido por veículos de portes variados.

Os itinerários são os mais diversificados, atendendo às conveniências do momento, onde o regime de contratação varia de empresa para empresa, sem intervenção de órgãos públicos, sendo a tarifa ajustada entre as partes.

Segundo dados do PDTU/GV, o sistema de fretamento realizou, em média, cerca de 48.650 viagens diárias de funcionários e 12.130 de escolares, na Grande Vitória.

5. MALHA VIÁRIA BÁSICA

A aglomeração urbana da Grande Vitória é servida por uma malha rodoviária, ferroviária e dutoviária que apresenta interfaces com o transporte marítimo, nos terminais portuários aqui

presentes, e com o transporte aéreo, no aeroporto de Vitória.

– **Malha Rodoviária**

O acesso à região é feito por vias federais, estaduais e municipais:

- Vias Federais (Gerência: DNER/17ª DRF)

. Rodovia BR-101

Atravessa a Grande Vitória na direção norte-sul, ligando-a às regiões Sul e Sudeste (exceto Minas Gerais) e ao Nordeste do país.

Internamente, seu ramal norte liga Serra a Vitória e o ramal de contorno, Cariacica à Serra.

. Rodovia BR-262

Liga a Grande Vitória a Minas Gerais e à região Centro-Oeste do país.

Internamente promove as ligações de Cariacica a Vitória e Vila Velha.

- Vias Estaduais (Gerência: DER/ES)

. Rodovia ES-010 - Rodovia do Sol

Liga Santa Cruz (litoral norte do Espírito Santo) à Grande Vitória, na altura do bairro Jardim Limoeiro - (Serra), onde converge para a Rodovia BR 101-Norte.

. Rodovia ES-060

Liga os municípios de Vitória e Vila Velha, com a denominação de Rodovia Carlos Londerberg; e Vila Velha a Marataízes - Rodovia do Sol.

. Rodovia ES-080

Une a região centro-oeste do Estado do Espírito Santo (Itarana, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina) à Grande Vitória, na altura do bairro Alto Lage (Cariaci

ca), onde converge para a Rodovia BR-262.

- Vias Municipais (Gerência: Prefeituras Municipais da Grande Vitória). Consiste no restante da malha viária, destacando-se os seguintes eixos, situados em Vitória:

. Ligando o continente norte à ilha:

Av. Fernando Ferrari e Av. Dante Michelini;

. Ingressando na ilha pelo acesso norte:

Avenidas Nossa Senhora da Penha, Vitória, Maruípe, Nossa Senhora dos Navegantes e Mal. mascarenhas de Moraes;

. Atravessando a área central da ilha:

Avenidas Jerônimo Monteiro, República, Cleto Nunes, Marcos de Azevedo, Duarte Lemos, Alexandre Buaiz, Elias Miguel, Getúlio Vargas, Governador Bley e Princesa Isabel;

. Contornando a ilha:

Rodovia Serafim Derenzi.

– **Malha Ferroviária**

Duas são as ferrovias que atendem a região da Grande Vitória: a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), gerenciada pela Cia. Vale do Rio Doce, e a Estrada de Ferro Leopoldina (EFL), gerenciada pela Rede Ferroviária Federal S/A.

A EFVM tem a sua linha-tronco lançada entre as cidades de Vitória e Itabira, em Minas Gerais, com extensão aproximada de 550km, conectando-se com a Rede Ferroviária Federal em Engenheiro Costa Lacerda e Miguel Burnier, integrando-se ao sistema ferroviário nacional. Próximo à cidade de Vitória, Km 15, a linha-tronco se bifurca, com derivações

para Porto Velho e Tubarão (tendo ainda ramal para o Porto de Barra do Riacho), desenvolvendo-se em configuração de linha dupla, bitola métrica, com parque que material rodante, composto por 193 locomotivas diesel-elétricas e 12.300 vagões de carga.

A EFL, que se interliga à EFVM em Argolas (no Município de Vila Velha), atravessa o sul do Estado do Espírito Santo e atinge o Rio de Janeiro de onde tem prosseguimento para Juiz de Fora, fechando um anel ferroviário na Grande Belo Horizonte.

No Espírito Santo corresponde a 273,5km em bitola métrica, sendo 253,0Km no trecho Vitória-Cachoeiro de Itapemirim - Divisa ES/RJ -, 11,5Km no ramal de Cachoeiro de Itapemirim à Fábrica de Cimento Nassau e 9,0Km no sub-ramal de Coutinho para o embarque de calcário, fazendo parte da Superintendência Regional 3 (SR-3) - Divisão Operacional de Campos, contando com 70 locomotivas e 1979 vagões de carga.

— Malha Dutoviária

O Estado do Espírito Santo possui uma rede de dutos especializada no deslocamento de petróleo e derivados, gases e minérios.

Gerenciado pela SAMARCO MINERAÇÕES S/A, o mineroduto possui 396Km de extensão, saindo de Germano-MG, chegando até a Usina de Pelotização de Ubu, no Município de Anchieta.

Os dutos sob responsabilidade direta da PETROBRÁS estão hoje distribuídos da seguinte forma:

. Gasoduto

Sai de São Mateus e escoia parte da produção até o Porto de Regência, indo o restante da produção até Aracruz e ao Centro Industrial de Vitória, no Município da Serra.

. Oleoduto

Sai de São Mateus e escoia parte da produção até Porto de Regência, no Município de Linhares.

– **Terminal Aeroviário**

O único aeroporto do Estado se encontra localizado no Município de Vitória, nas proximidades dos bairros Goiabeiras e Jardim Camburi, operando somente vôos domésticos.

Com movimentação pouco expressiva no contexto, seu terminal de cargas é servido por vias urbanas, tendo acesso direto à Rodovia BR-101, e ao centro de Vitória através da Avenida Fernando Ferrari.

– **Terminais Portuários**

A região da Grande Vitória é dotada de portos que atendem a todo o tipo de navegação (grande, médio e pequeno portes, cargas únicas e variadas). Seu complexo portuário é formado de:

- . Tubarão (CVRD) e Praia Mole (CST), localizados no limite dos municípios de Vitória/Serra;
- . Vitória (CODESA), localizado no Município de Vitória;
- . Capuaba (CODESA), Paul e Atalaia (CVRD) e USIMINAS, localizados no Município de Vila Velha.

O acesso a esses portos é feito por rodovia (em vias urbanas) e pelos seguintes ramais ferroviários:

- . Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM (CVRD), que atende ao Porto de Tubarão e Praia Mole;
- . EFVM (CVRD) - Ramal de Porto Velho, que atende o Porto de Vitória e Capuaba, ligando-se ainda à estrada de Ferro Leopoldina - EFL (RFSA);

- . EFL (RFFSA), que complementa a malha ferroviária da região da Grande Vitória, em conexão com a EFVM, nas imediações do Bairro Argolas, no município de Vila Velha.

6. SISTEMA VIÁRIO - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A estrutura física do sistema viário estadual consolidou-se com base no modelo político/econômico vigente: a ilha de Vitória, sede da capital do Estado e onde localiza-se o terminal portuário exportador de café, é o centro da região, e para ela convergem rodovias interligadoras dos principais centros produtores.

Esse modelo imprimiu ao sistema viário arterial da região urbana uma configuração radial convergente para o Corredor Área Central.

Complementando a malha viária básica dos municípios, como determinantes de sua estrutura urbana, as vias coletoras dirigem-se dos bairros ao sistema principal em uma estrutura do tipo **espinha de peixe** que promove a desarticulação entre bairros adjacentes.

Estrutura dessa natureza contribui para o congestionamento das vias centrais e do sistema viário arterial, demandando intervenções mais complexas e onerosas. A ausência de ligações interbairros dificulta o planejamento e encarece a operação do sistema de transporte coletivo, prejudicando ainda a circulação de bicicletas e de pedestres, cujos caminhos mínimos de viagem são compartilhados com o tráfego de veículos leves e pesados.

O sistema viário básico do aglomerado possui características operacionais heterogêneas, verificando-se a existência de eixos que, apesar de terem a mesma função, apresentam desempenhos diferenciados. Esta flutuação justifica-se pelas con

dições de circulação presentes, determinadas pelo uso do solo, composição do tráfego e características geométricas das vias.

– VITÓRIA

De uma forma geral, o sistema básico do Município de Vitória apresenta boas condições de pavimentação e possui, como suporte à circulação efetiva de veículos, eixos importantes de transporte, tanto para o próprio município como para a Grande Vitória. Entretanto, são verificadas deficiências no que diz respeito à sinalização, tratamento viário e esquemas de circulação de tráfego, responsáveis pela existência de congestionamentos em alguns trechos, nos horários de pico.

. Corredor Área Central:

Abrange todo o sistema viário existente entre a confluência das avenidas Vitória e Paulino Müller e as cabeceiras das pontes Florentino Avidos e do Príncipe. Compreendido em estreita faixa de terra, dispõe, basicamente, de duas vias que se desenvolvem longitudinalmente, na direção leste/oeste (avenidas Jerônimo Monteiro e Marechal Mascarenhas de Moraes), por onde circulam praticamente todas as linhas de ônibus urbanos, além de ser itinerário preferencial para os deslocamentos entre os continentes sul e norte. Por inserir-se em extensa área e ser composto por diversas vias, o Corredor Área Central, com uma extensão de 7.350m, apresenta características operacionais diversificadas, de 15 a 60km/h e capacidades de 351 a 1.717 veículos/hora;

. Corredor Serra-Vitória:

Este eixo é formado por um trecho da Rodovia BR-101 Norte e pelas avenidas Fernando Ferrari, Nossa Senhora da Penha, Desembargador Santos Neves, César Hilal e Vitória

ria. Canalizando considerável volume de ônibus, atravessa a área de franca expansão comercial e apresenta, na interseção da avenida Nossa Senhora da Penha com a Desembargador Santos Neves, problemas para a continuidade do tráfego. Com capacidade variando de 513 a 1.694 veículos/hora e velocidades entre 30 e 70Km/h, desenvolve-se ao longo de 9.550 metros;

. Corredor Maruípe

Com uma extensão de 4.500 metros capacidade de 800 a 1.840 veículos/hora e velocidade oscilando entre 30 e 50Km/h, a Avenida Maruípe dá acesso a áreas predominantes residenciais, apresentando atividades de comércio e de serviços nas regiões lindeiras;

. Corredor Beira-Mar

Apesar de se verificar uma participação significativa de caminhões na composição de tráfego, apresenta condições satisfatórias de circulação. O uso do solo lindeiro caracteriza-se como residencial, com variação de uso institucional/comercial. Os valores de velocidade se situam na faixa de 30 a 60Km/h e os de capacidade entre 588 e 1.289 veículos/hora. Composto pelas Avenidas Marechal Mascarenhas de Moraes, Nossa Senhora dos Navegantes e Dante Michelini, desenvolve-se por 10.900 metros.

— VILA VELHA

. Eixos na Área Central:

Com elevada concentração de atividades comerciais e institucionais, principalmente nas Avenidas Jerônimo Monteiro e Champagnat, apresenta intensa movimentação de pedestres e de ônibus urbanos. Conseqüentemente, as velocidades registradas variam de 35 a 40Km/h e as capacidades de 767 a 1.336 veículos/hora.

. Corredor Carlos Lindemberg:

Via sob jurisdição estadual, a Rodovia Carlos Lindemberg promove a ligação entre as Áreas Centrais dos Municípios de Vitória e Vila Velha e permite acesso direto a vários bairros. Apesar de sua concepção geométrica tipicamente rodoviária, vários trechos se encontram densamente ocupados, inclusive por atividades comerciais e industriais. Verificam-se velocidades variando de 35 a 70Km/h e capacidades de 513 a 1.336 veículos/hora nos seus 7.850 metros de extensão.

. Corredor Jerônimo Monteiro

Construída sobre o leito da antiga linha de bondes Paul-Vila Velha, ocupa importante papel como via de penetração e acesso aos diversos bairros lindeiros, estendendo-se por 7.500 metros. Via estreita, com traçado sinuoso e precárias condições de pavimento, apresenta baixos valores de velocidade (35 a 40Km/h) e de capacidade (513 a 1.336 veículos/hora).

— CARIACICA/VIANA

Cariacica é o município que apresenta maior número de deficiências em seu sistema viário, visto que a rede existente, em quase sua totalidade, não dispõe das mínimas condições de trafegabilidade, apresentando incompatibilidades entre suas condições físicas e geométricas e a função efetivamente desempenhada.

Em Viana, excetuando-se a região da sede municipal, onde a reduzida malha viária possui tratamento de área urbana, a maior parte do sistema viário do município é composto por vias, sem pavimentação, as quais interligam bairros, que se consolidaram dispersamente, às margens da Rodovia BR 262.

. Corredor Expedito Garcia:

Com 1.850 metros de extensão e verificando velocidades de 35 a 40Km/h e capacidade variando de 265 a 1.252 veículos/hora, a Avenida Expedito Garcia atravessa o Bairro Campo Grande, que é a principal área de concentração de comércio e serviços do Município de Cariacica. Carreando significativo volume de ônibus, nesta via observa-se ainda, uma expressiva movimentação de automóveis e pedestres.

. Corredor BR-262:

Estruturante da malha viária básica do município, e desempenhando papel de destaque no complexo viário da Grande Vitória, a Rodovia BR-262, que nesse trecho tem 14.000 metros, promove a articulação entre diversos bairros dos municípios de Cariacica e Viana e o restante do aglomerado. Desenvolvendo-se desde áreas densamente ocupadas a verdadeiros vazios urbanos, observam-se valores de capacidade da ordem de 938 a 2.119 veículos/hora e velocidade de 50 a 70Km/h.

. Corredor BR-101 Contorno:

Implantada com a finalidade de carrear o tráfego de passagem de longa distância, desafogando os principais eixos da aglomeração, bem como aquele fluxo existente entre os Municípios de Cariacica e Serra, a Rodovia BR-101 Contorno, com 25.150 metros de extensão, atravessa áreas de recente ocupação. As velocidades são da ordem de 50 e 60Km/h e a capacidade oscila de 1.289 a 1.694 veículos/hora;

. Corredor José Sette:

Acesso à sede do Município de Cariacica, a Rodovia Gov. José Sette (ES-080) encontra a Rodovia BR-262 no Bairro Alto Lage, promovendo a interligação dos bairros da região norte do município.

Em seus 4.050 metros atravessa áreas diversificadas quanto ao uso e ocupação do solo. As velocidades são de 30 a 60Km/h e a capacidade varia de 1.028 a 1.336 veículos/hora.

– SERRA

. Corredor BR-101 Norte:

A Rodovia BR-101 Norte não só interliga a maioria dos bairros do Município da Serra, como, também, possibilita sua conexão com o Município de Vitória. Eixo estruturador da ocupação da região, apresenta trechos de intenso uso comercial/industrial e extensos vazios urbanos. De la partem as vias de penetração dos bairros que, invariavelmente, não têm ligação direta entre si. Nos seus 11.700 metros são verificadas velocidades médias que vão de 15Km/h, nos trechos onde o solo lindeiro é densamente ocupado, a 70Km/h onde a via retoma suas características de rodovia. Os valores de capacidade são bastante variáveis, face à diversidade de condições e fatores de interferência, situando-se entre 351 a 1.824 veículos/hora.

. Corredor ES-010

Com 16.050 metros de extensão, a Rodovia ES-010 dá acesso à região litorânea do Município da Serra, apresentando, por essa razão, uma variação sazonal significativa no que diz respeito à movimentação de veículos, com velocidades médias que variam entre 30 e 70Km/h e capacidades de 767 a 1.336 veículos/hora. Esta rodovia, também denominada Rodovia do Sol, tem no Bairro Jacaraípe seu maior "gargalo", já que o espaço viário é ali intensamente disputado por veículos e pedestres, atravessando também extensas áreas de vazios urbanos.

As depressões constantemente apresentadas na pavimentação de algumas vias evidenciam a incompatibilidade entre as características de fluxo de veículos que por ali transitam e sua capacidade de suporte. É provável que, embora a pavimentação possa absorver as cargas, sua dissipação nas camadas subjacentes ocorra em níveis superiores aos admissíveis. Nessa situação encontram-se praticamente toda a malha viária básica da Ilha de Vitória e vias de Vila Velha e Cariacica, grande parte das quais foram executadas sobre aterros.

As condições do pavimento (tipo e estado de conservação) do sistema viário básico de suporte à circulação das linhas de ônibus da Grande Vitória são bastante variáveis para cada município.

— SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

No sistema ferroviário da CVRD/EFVM, as cargas de escoamento e abastecimento que dependem exclusivamente dessa ferrovia, não encontram problemas, uma vez que toda a rede se apresenta em ótimas condições de conservação, não sendo necessário nenhum grandes investimento na infra-estrutura atual. Entretanto, no que concerne às ligações com a RFFSA, para abastecimento de matérias-primas para a CST e CVRD, como para o escoamento de grãos do cerrado, identificam-se necessidades de investimentos para eliminação de "gargalos" em regiões que extrapolam a Grande Vitória, o que já se constitui em objetos de estudos da RFFSA junto a órgãos financeiros.

A EFL, também da RFFSA, apresenta diversos problemas que, no trecho situado na Grande Vitória, tornam sua utilização não recomendável sob o ponto de vista de segurança e custos operacionais, dentre outros. Resumindo-se, essas deficiências residem em:

- Traçado antiquado;
- Estações fechadas ao tráfego;
- Sistema de controle de tráfego precário;
- Falta de equipamentos;
- Condições de manutenção inadequadas;

– ACESSOS RODOVIÁRIOS AOS TERMINAIS PORTUÁRIOS

A movimentação de carga com origem/destino nos terminais portuários localizados dentro da área urbana da Grande Vitória, em regiões adensadas, cria áreas de conflito com o tráfego geral e de pedestres, a saber:

. Porto de Vitória

Localizado na Área Central da Ilha, tem seus acessos junto às avenidas Getúlio Vargas e Elias Miguel, formando um corredor viário que, atualmente, apresenta nível de serviço "E" na hora-pico. Cerca de 60% da carga total desse terminal é movimentada por via rodoviária, em veículos de grande porte.

Os conflitos gerados pela presença deste terminal na Área Central de Vitória não se devem somente ao volume de tráfego de carga do porto, mas, principalmente, à falta de alternativas viárias, e ao alto volume de tráfego geral e transporte coletivo presentes.

. Porto de Capuaba

Localizado na região da bacia do rio Aribiri, em Vila Velha, tem cerca de 45% da carga movimentada por via rodoviária, ligando-se às rodovias Carlos Lindemberg e Darly Santos e à Estrada Jerônimo Monteiro.

Seus acessos sofrem as deficiências estruturais do sistema viário: falta de ligação alternativa entre Cariacica e Vila Velha (sul) e necessidade de passagem pela Área Central de Vitória (norte), ocasionando um fluxo de veículos na região de São Torquato, área densamente ocupada, com sistema viário estreito e sinuoso.

. Porto de Tubarão

Sob o prisma operacional, a ferrovia é o principal modo de acesso ao porto, sendo transportados por rodovia apenas derivados de petróleo para abastecimento local, em quantidade suficiente para criar grandes conflitos no espaço urbano que atravessa.

Utiliza como via de acesso a Av. Danta Michelini, que margeia a Praia de Camburi, sendo que os veículos com destino à Rodovia BR-262 têm que atravessar toda a Área Central de Vitória; com destino ao norte há duas opções de percurso para a ligação com a Rodovia BR-101 Norte: Rua José Celso Cláudio (acesso Bairro de Fátima), com uma distância menor de percurso, porém com restrições de capacidade viária e área no entorno já adensada; e Av. Adalberto Simão Nader/Av. Fernando Ferrari, vias que já apresentam um alto volume de tráfego e problemas operacionais.

. Porto de Praia Mole

A carga movimentada por via rodoviária representa cerca de 35% da movimentação de cargas no porto.

A conexão com o sistema urbano se dá próximo ao cruzamento da Rodovia BR-101 Norte com a Estrada de Ferro Vitória-Minas, em Carapina, área de intenso uso comercial, onde o espaço viário é compartilhado por pedestres, ciclistas, transporte coletivo e tráfego geral.

ANEXO 1

REGIÃO IA - GRANDE VITÓRIA

1. CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO NA ECONOMIA DO ESTADO

Localiza-se na faixa litorânea centro-sul, compreendendo os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Sua população foi estimada em 922.000 habitantes para o ano de 1985¹. Segundo mesma fonte, estima-se para 1990 uma população de 1.156.000 e, para o segundo século, 1.693.000 habitantes.

Teve seu início na ocupação da orla da baía - Prainha de Vila Velha e Ilha de Vitória -, área que abriga o Centro Histórico Administrativo e Político do Estado.

O porto de Vitória, construído na década de 30, juntamente com as ligações férreas, impulsionaram o seu desenvolvimento inicial, permitindo o escoamento da produção cafeeira, base da economia rural do Estado, para fora. Assim, a Região Central só foi consolidada como centro de influência quando da entrada do café que possibilitou, principalmente em Vitória, a retenção de um volume maior de excedentes capaz de reproduzir seu capital mercantil-exportador. Isto, aliado a sua função administrativa, permitiu que se desenvolvessem outras funções mais especializadas no setor secundário e terciário da produção.

As mudanças ocorridas na agricultura na década de 60 - propriamente a erradicação dos cafezais - veio afetar a dinâmica econômica e social do Estado e da Região IA, bem como a instalação dos Grandes Projetos na década de 70, modernizando a economia e integrando de fato à dinâmica da acumulação de capital nacional e internacional.

¹IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana; caracterização do espaço. Vitória, 1985, anexos.

Ressalta-se que, se por um lado a economia do Estado como um todo apresenta excessiva e perigosa dependência da produção e remuneração do café, essa industrialização do pólo econômico tem a vulnerabilidade da dependência do desempenho da economia internacional.

Apresentando, até então, uma ocupação física do território urbano mais branda, a malha urbana foi gradualmente se expandindo e inchando até ocupar as áreas dos cinco municípios em um contínuo metropolitano denominado convencionalmente de Aglomerado Urbano da Grande Vitória. De sítio natural frágil e seletivo, teve as melhores terras tomadas especulativamente, relegando as áreas mais impróprias às populações de menor poder aquisitivo.

O grande fluxo migratório de trabalhadores do interior do Estado e de outros Estados em direção à Grande Vitória, aproximadamente 120 mil pessoas ao mesmo tempo expulsos do campo e atraídos pela cidade, formaram um contingente de mão-de-obra pouco qualificado. Sendo o setor secundário pouco empregador relativamente às expectativas geradas, restou ao setor terciário a absorção de parte desta mão-de-obra, sobressaindo-se aí o setor público e principalmente o informal, restando-se alta taxa de subempregos e de desempregados.

Os investimentos para os Grandes Projetos foram realizados de maneira concentrada, priorizando o espaço da Grande Vitória, utilizando capital intensivo e tecnologia poupadora de mão-de-obra, causando efeitos perniciosos como a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades regionais e sociais e concentrando os investimentos públicos na superação dos gargalos infra-estruturais da produção. As pequenas e médias indústrias, apesar da expansão, têm caráter desintegrado e não multiplicador, além de sofrerem concorrência dos produtores de áreas mais desenvolvidas.

A Grande Vitória, como espaço metropolitano, além do centro político-administrativo e do porto, abriga as principais atividades regionais de

caráter industrial, comercial, serviços públicos, privados, cultural e financeiros, convergindo ainda as principais vias de transporte regional.

Tem ainda, como Área Central, o poder de irradiação e articulação com as maiores cidades do Estado (Colatina, Cachoeiro, São Mateus, Linhares), cabendo, a estas, funções claramente distintas e integradas (não competitivas) com a Área Central, bem como, o poder de influência direta sobre a gama de pequenas cidades que estão ao seu redor, a saber, a Região IB.

2.

REFLEXOS NO URBANO E NA MORADIA

A partir da década de 60, a Região IA vem passando por um crescimento sem precedentes, gerando sérios problemas de ordem social. Para se ter idéia da dimensão do incremento populacional, a população urbana tem praticamente dobrado a cada 10 anos, passando de 82.200 em 1950 a 194.262 em 1960, 385.998 em 1970, 705.058 em 1980, e cerca de 922.174 em 1985 (ver QUADRO I).

Refletido no crescimento urbano, os 5 municípios vieram a configurar o Aglomerado Urbano da Grande Vitória.

As cidades vislumbraram, em todos os momentos, a expansão desordenada de suas malhas urbanas e a necessidade de prover, a cada um desses novos habitantes, de emprego, moradia, infra-estrutura e serviços urbanos, além de outros investimentos.

Por sua vez, esses novos habitantes, a maioria migrantes da área rural, portanto mão-de-obra desqualificada para o mercado urbano, tiveram que se enquadrar em trabalhos de baixa remuneração e, quando não, instável.

Resguardada as melhores terras e os serviços urbanos pelo processo de diferenciação espacial e social, coube à população de baixa renda ocupar áreas de periferia, sem qualquer infra-estrutura urbana ou condições mínimas de habitabilidade.

A carência habitacional é concentrada pela valorização do mercado de terras que tem levado à intensiva especulação sobre as edificações e os terrenos, e estimulado a existência de vazios urbanos em áreas de grande densidade populacional e de atividades. Isto faz com que sofram os problemas, tanto a população de classe média, que não consegue arcar com o ônus do aluguel ou das prestações, quanto a população de baixa renda.

Através de invasões, loteamentos clandestinos e irregulares, etc., a população vem encontrando as formas alternativas e mais baratas da moradia, uma vez que os poderes públicos municipal, estadual e federal não conseguiram interferir no provimento dos serviços sociais, bem como, nos processos de segregação espacial.

Ocupando áreas de mangue, de morro e de periferia, a nova configuração espacial gerou reflexos negativos na qualidade de vida da população e por conseguinte na área habitacional, atingindo mais diretamente a população de baixa renda.

Os problemas encontrados dizem respeito à localização e a tipologia do terreno; ao acesso dificultado ou distante; à falta de infra-estrutura de água, luz, esgoto e calçamento; aos serviços urbanos educação, saúde, lazer, transporte; à legalização da posse do terreno; à tipologia habitacional; etc.

Estima-se que na Grande Vitória pelo menos 400 mil moradores habitem em 179 assentamentos considerados subnormais, estando assim distribuídos: 47 em Vitória, 25 em Vila Velha, 27 em Viana, 60 em Cariacica e 20 na Serra.

Os assentamentos de baixa renda de Vitória estão localizados em áreas de mangues e de morro com topografia acidentada, ocupados de forma irregular geralmente através de invasões e loteamentos irregulares. Estes assentamentos acabam por prejudicar as características naturais geográficas da Ilha, bem como, a fauna e a flora existentes, uma vez que são áreas com uma grande riqueza ecológica.

Muitos deles já estão consolidados inclusive com aterros, como é o caso de Maria Ortiz e São Pedro I em manguezais. Porém, outros estão em franco crescimento.

O município de Cariacica apresenta carência em praticamente todos os seus bairros, com uma população já caracteristicamente de média e baixa renda, tem crescido uma população de migrantes em semelhantes condições, que

vem encontrando nos loteamentos clandestinos a resolução do seu ~~morar~~. De um total de 211 loteamentos, 61 são clandestinos, 150 são aprovados pela Prefeitura Municipal, e apenas 69 se encontram registrados em cartório².

A outra forma que a população encontrou foi através de invasões, principalmente nas áreas de Flexal, Rio Marinho, e mais recentemente em Itanhenga.

A questão da moradia em Vila Velha para a população de baixa renda se dá através de invasões em terreno normal, morro e manguezais, tais como Santa Rita e 1º de Maio. Os conjuntos feitos pelo SFH abrigam uma população com mais de 2 salários mínimos.

O município de Viana apresenta também um grande número de loteamentos irregulares com precariedade de infra-estrutura e serviços. Recentemente a CESAN se instalou no município, pois, até então, a própria sede tinha problemas com abastecimento de água. Quase a totalidade do município não é pavimentado e não possui redes de esgoto.

O município da Serra vem sendo alvo dos maiores projetos habitacionais do SFH na Grande Vitória, não atendendo à população de baixa renda. Esta vem invadindo áreas de baixada localizadas próximas dos conjuntos e ocupando loteamentos irregulares, sem infra-estrutura e em terrenos de topografia acidentada. Recentemente, a população vem invadindo os conjuntos da COHAB que estão vazios.

Constata-se, portanto, que o problema habitacional da região é generalizado e bastante grave. Para tentar solucionar os problemas encontrados, a população se organiza através de associações de bairro ou Centros Comunitários reivindicando melhorias e maior participação nas prefeituras municipais.

²IJSN. Estudo Básico de Organização Sócio-Econômica do Município de Cariacica. Vitória, 1983.

Estas, entretanto, têm atuação localizada, resolvendo os problemas imediatos, muitas vezes de forma paliativa.

A atuação mais forte em termos de organização comunitária, ocorre em Vila Velha com o Movimento de Direito à Moradia em Vila Velha. O movimento reivindica a desapropriação de áreas vazias dentro da malha urbana, e também todo tipo de infra-estrutura urbana e verba para construção de casas. Conta com a participação de moradores de todos os bairros e já conseguiu a desapropriação de uma área e a liberação de recursos para construção de 248 casas em regime de mutirão.

A população de Vitória possui uma entidade comunitária única do município e várias organizações de bairros, porém, em termos de atuação e participação comunitária pode-se considerá-las incipientes, o mesmo acontecendo com Serra, Viana e Cariacica.

As reivindicações concentram-se na área de infra-estrutura e serviços básicos, e as soluções são na maioria pontuais, não existindo programas permanente de atuação na área habitacional.

Algumas atuações podemos citar: legalização dos terrenos de Santana, em Cariacica, através do programa CPM; remoção da população residente debaixo dos fios de alta tensão em Maria Ortiz, Vitória; urbanização e infra-estrutura na Serra e em Vitória; etc.

A região da Grande Vitória, portanto, é considerada hoje a mais problemática do Estado, necessitando de um amplo plano e de ação governamental ante a gravidade da sua situação habitacional.

QUADRO I

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DA REGIÃO,
SEGUNDO SEUS MUNICÍPIOS EM 60, 70, 80, 85, 90 E 2010

PERÍODOS MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 60 ¹			POPULAÇÃO 70 ¹			POPULAÇÃO 80 ¹			POPULAÇÃO 85 ²			POPULAÇÃO 90			POPULAÇÃO 2010 ²		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	URBANA
Carilândia	39.583	25.816	13.772	101.422	69.016	32.406	189.089	185.267	3.822	258.414	-	-	298.734	-	-	536.154	-	-
Serra	9.162	3.415	5.747	17.286	7.980	9.306	82.581	80.314	2.267	130.707	-	-	192.920	-	-	518.388	-	-
Viana	6.572	612	5.960	10.529	1.624	8.905	22.245	18.624	3.621	28.684	-	-	44.357	-	-	111.091	-	-
Vila Velha	55.589	54.490	1.099	123.742	121.828	1.914	203.406	202.370	1.036	251.195	-	-	310.239	-	-	612.013	-	-
Vitória	83.351	82.044	1.307	133.019	132.035	984	207.747	207.747	-	253.174	253.174	-	309.830	309.830	-	558.224	558.224	-
TOTAL	194.262	166.377	27.885	385.998	332.483	53.515	705.058	694.322	10.746	922.174	-	-	1.156.080	-	-	2.335.870	-	-

¹Censo Demográfico do Espírito Santo - 1960, 1970, 1980

²IJSB. Estudos Populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo 1985-2010. Projeções Demográficas. Vitória, 1985. Anexos.

ANEXO 2

**QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE
BAIXA RENDA DA REGIÃO**

REGIÃO IA - GRANDE VITÓRIA

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
VITÓRIA	47	Ilha do Príncipe, Itararé, Bonfim, Joana D'Arc, Morro do Forte, Monte Belo, Andorinhas, Bairro Consolação, Estrelinha, Ilha das Caieiras, Ilha de Santa Maria, Inhanguetá, Jabour, Jesus de Nazareth, Maria Ortiz, Morro do Quadro, Morro do Romão, Santa Tereza, Bela Vista, Tabuazeiro, Resistência, São Pedro II, III, IV e V, Morro Constantino, Morro Alagoinho, Jaburu, Piedade, Gurigica, Martelo, Engenharia, Comdusa, São José, Moscoso, Fonte Grande, Cruzamento, Bairro Bomba, Boa Vista, Bairro da Penha, Morro Bananal, Chapada, Morro Cabral, Nossa Senhora Aparecida, Morro São Benedito, Santa Marta, Grande Vitória.	<p>Dados de relat. da equipe: 23.199 domicílios considerados carentes</p> <p>Dados da CESAN: 10.949 economias em casa rústica</p> <p>Dados da SEICES, de 1982: 1 a 3 SM</p> <p>20.128 domicílios carentes</p>	<p>A maioria é madeira, principalmente nas regiões de mangue e nas partes mais elevadas dos morros</p> <p>Nas bases dos morros dos bairros mais antigos predomina a alvenaria</p> <p>Nos mangues a palafita é predominante</p>	<p>1 a 2 salários nas áreas mais carentes como São Pedro, Resistência, Bonfim, etc.</p> <p>1 a 3 nas outras áreas que são mais consolidadas o que representa a maioria</p> <p>Dado do SEIS-ES: 46,1% na faixa 0 a 3 SM</p> <p>9,1 refere-se a população de 0 a 1 SM e 37,0% de 1 a 3 SM</p>	<p>Esgoto sanitário nos morros e mangues</p> <p>Água e luz somente onde não existe arreamento</p> <p>Calçamento nas áreas mais elevadas dos morros e mangues</p> <p>Todos esses problemas são de difícil solução a curto prazo</p>	<p>Invasão de terrenos particulares e da União</p> <p>Loteamento clandestino e irregular</p> <p>Algumas áreas tiveram ocupação espontânea e lenta principalmente nos morros</p>
		OBS.: Alguns bairros possuem apenas alguns locais que apresentam um nível maior de carência.					

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
VILA VELHA	25	Xuri, Critóvão Colombo, São Vicente de Paula, Santa Rita, 19 de Maio, Divino Espírito Santo, Barra II, Aribiri, Soteco, Cobi, Cobilândia, vale Encantado, Alecrim, Cavalieri, Ilha da Conceição, Glória, Alvorada, Catadores de Ferro, Vila Garrido, São Torquato, Chácara do Conde, Ilha dos Ayres, Argolas, Paul, Jardim Marilândia.	23.568 (SEIC - 1982)	Predominância de madeira	0 a 3 SM	Esgoto, calçamento, coleta de lixo e transporte coletivo	Terreno: Maioria são invadidos Domicílio: Maioria são próprios

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
VIANA	27	Araçatiba, Jardim Vila Betânia, Universal, 13 de Maio, Contenda, El Dourado, Campo Verde, Vila Betânea, Primavera, Canaã, Ipanema, Flamengo, Industrial, Areinha, Caxias do Sul, Bairro Seminário, Matalpen, Soteco, Nova Belém, Nova Vila Betânea, Industrial, Ribeira, Nova Viana, Bom Pastor, Santo Agostinho.	2.705 SEIC - 1982	Predominância de madeira, seguida de alvenaria de baixo padrão	0 a 3 SM	Água tratada, luz, esgoto, calçamento	Terreno é próprio e saneamento. Domicílio é próprio

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	NR	DENOMINAÇÃO					
SERRA	20	São Geraldo, Loteamento Marapé, São Domingos, Jardim Bela Vista, Camará, Campinho da Serra I e II, Vista da Serra, Bela Vista, Sossego, José de Anchieta II, Jardim Tropical, Bairro Branco, Taquara I, Taquara II, Bairro Maria da Penha, Invasão do Meio, Invasão São Patrício, Jardim Atlântica.	12.739 SEIC - 1982	Predominância de madeira, seguida de alvenaria de baixo padrão	0 a 3 SM	Os bairros são bastante carentes de infra-estrutura urbana e social - maior incidência para os serviços de esgoto e calçamento, 80% dos bairros não possuem esses serviços; seguido de coleta de lixo (45%), creche e transporte coletivo (40%) e água (25%)	Terreno - condição predominante é a invasão Domicílio - a maioria é próprio

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
CARIACICA*							
SETOR ITAQUARI	05	Alto Lage, Itaquari, Morro Boa Vista, Morro do Expedito e Sotema.	900	Alvenaria	20% 1 a 3 SM	-	Domicílio pr _o prio Terreno pr _o prio
SETOR VILA CAPIXABA	07	Bairro Daher, Dom Bosco, Flórida, Santa Cecília, Vila Bandeirantes, Vila Capixaba e Loteamento Rio Branco.	1.000	Madeira e alvenaria	30% 1 a 3 SM	Iluminação pública (entre 50 e 100%) (falta)	Domicílio pr _o prio Terreno pr _o prio
SETOR SÃO FRANCISCO	05	Bairro Belarmino, Bairro Lagoa Verde, Bairro São Vicente, Bairro Santa Bárbara, Bairro Santa Luzia.	1.400	Predomina alvenaria	24% entre 1 e 2 SM 45,98% entre 2 a 5 SM	Rede de esgoto é bastante deficiente As ruas não são pavimentadas	Domicílios e terrenos pr _o prios

*Sectorização segundo ATAD'S, Trabalhos de Desenvolvimento Urbano para o Município de Cariacica (IJSN).

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
SETOR DE CARIACICA	13	Bela Vista, Canaã, Capitania, São João Batista, Morro Novo, Santa Luzia, São Sebastião I, Vila Coutinho, Vila Martin Moreira, Vila Merlo, Vila São Joaquim, Vila Verde e Cariacica (Sede).	900	Predomina alvenaria (68,75%) e áreas com barracos de madeira e estuque	1 a 3 SM	Não existe rede pública, esgoto (fossas) Água rede geral (86,25% abastec.) Rede elétrica privada (87,5% abastec.)	Domicílio próprio (81,25%) Terreno próprio
SETOR ADALTO BOTELHO NOVA BRASÍLIA	08	Bairro Santo Olimpio, Loteamento Nova Valverde, Nova Brasília, Santa Cecília, São Domingos, Vila Oasis, Vila São Miguel, Tucum	1.600	Alvenaria (59%) Madeira (39%)	1 a 3 SM. 40%	54% ligado a rede geral de água (41%) Poços (55%) Rede pública de esgoto abastec. e 78% possui energia elétrica privada	Domicílio próprio Pequenas invasões Conjuntos Habitacionais e Loteamentos

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
SETOR CRUZEIRO DO SUL	08	Piovesan, São Benedito, Campo Belo, Cruzeiro do Sul, Itapemirim, Santa Fé, Rosa da Penha e Vila Izabel	1.350	Padrão misto - sendo 51% alve naria	45% 1 a 3 SM	Esgoto só atende 7% das casas Água - 86% abastec.	Domicílio pró prio Terreno próprio e invasões
SETOR RURAL		Areinha, Beira Rio, Boa Vista, Bubu, Cachoeirinha, Duas Bocas, Formate, Ibiapaba, Independência, Limão, Loteamento Domingos Martins, Loteamento Fazenda Mocambo (Conjunto COHAB), Loteamento Moscon, Loteamento Vale Dourado, Maricá, Mucuri, Novo Brasil, Parque do Contono, Piranema, Porto Belo, Porto de Cariacica, Roda D'Água, Itanhenga.	7.000	Padrão inferior predominan do barracos de madeira (47%)	10% inferior a 1 SM 45% entre 1 a 2 SM 40% entre 2 e 5 SM	45% não tem energia elétrica 4% possui rede ge ral de água 10% rede pública de esgoto (abast.)	Domicílio pró prio Terreno inva dido ou loteã do



Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
SETOR BELA AURORA	10	Caramuru, Ipiranga, São Tiago, Siderúrgico, Vista Mar, Bela Aurora, Boa Sorte, Loteamento Bandeirantes, Loteamento Boa Vista e Sotelândia.	1.860	Predomina o barraco de madeira (55%)	60% 1 a 3 SM	Não possuem rede de esgoto/existência valas abertas Abastecimento água rede geral (75%)/energia elétrica privada (84%)	Domicílios próprios, terrenos próprios/invasões
SETOR CAÇA ROCA	08	Vila Nova, Barbados, Caçaroca, Castelo Branco, Jardim de Alah, Loteamento Bela Vista, Loteamento Jardim Botânico, Rio Marinho.	5.600	Barracos de pau de arara inferior madeira e alvenaria	70% entre 1 a 3 SM	Não existe rede pública de esgoto e 70% rede geral de água (abastec.) 79% energia elétrica (abastec.) Não tem iluminação pública Transporte deficiente	Domicílio próprio (78%)/terreno próprio (59%)/invasão Rio Marinho

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
SETOR ITACIBÁ	05	Bairro Rio Branco, Bairro Tranco so, Itacibá, Itanguá e Oriente.	1.280	Misto: Barracos de ma deira e cons truções de al venaria	14% inferior a 1 SM 13% entre 1 e 2 SM 45% entre 2 e 5 SM	Água e luz satisfa tória 75% possuem esgo tos sanitários/ilu minação pública in completa	Domicílio e ter reno próprio
SETOR CAMPO GRANDE	03	Campo Grande, Loteamento Cristo Rei e São Geraldo	1.000	Alvenaria	28,82% entre 1 e 2 SM 51% entre 2 e 5 SM	20% dos domicílios lançam esgotos a céu aberto Iluminação pública (entre 50 e 100%) (carência)	Domicílio e ter reno próprio
SETOR JARDIM AMÉRICA	10	Bairro Progresso, Canto Feliz, Ferro e Aço, Jardim América, Lo teamento Marinho, Loteamento Vila Monte Castelo, Ouro Verde, Vasco da Gama, Vera Cruz e Vale Esperan ça	850	Alvenaria	25% 1 a 3 SM	11% lançam esgotos a céu aberto O restante de in fra-estrutura é existente	Domicílio pró prio (64%) Terrenos pró prios (75%)

Continuação

MUNICÍPIO	ÁREAS DE BAIXA RENDA		Nº DE FAMÍLIAS APROXIMADAMENTE	TIPOLOGIA PREDOMINANTE	FAIXA DE RENDA PREDOMINANTE	INFRA-ESTRUTURA PRINCIPAIS PROBLEMAS	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO
	Nº	DENOMINAÇÃO					
SETOR FLEXAL	18	Cangafba, Flexal 1, Flexal 2, Graúna, Loteamento Campo Verde, Loteamento Modelo, Loteamento Planeta, Loteamento Retiro, Loteamento Santo Olímpio, Loteamento Camará, Loteamento Simpatia, Monchuara, Nova Canaã, Porto Novo, Santana, Santo Antonio, Tabajara e Vila Prudêncio.	3.000	48% de madeira 46% de alvenaria	14% renda inferior a 1 SM 41,2% entre 1 e 2 SM 38,3% entre 2 e 5 SM	36% possuem rede geral de água; 59% água de poço; 11% rede de esgoto; 19% utilizam valas; 47% fossas	Domicílio próprio (78%) Terreno próprio (59%) Terrenos invadidos (40%).
SETOR PORTO DE SANTANA	01	Porto de Santana.	2.600	54% de madeira 45% de alvenaria de baixo padrão	15% até 1 SM 37,99% entre 1 e 2 SM 39% entre 2 e 5 SM	Não existe drenagem. As águas servidas e esgotos são jogados em valas. Abastecimento de água precário. Iluminação pública e coleta de lixo precárias/calçamento	59,3% domicílio próprio 11,1% alugado 18,8% cedido Terreno invadido em fase de regularização (Projeto CPM)

ANEXO 3

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMPONENTES

MUNICÍPIOS: CARIACICA, SERRA, VIANA, VILA VELHA, VITÓRIA

VITÓRIA

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Vitória possui uma população¹ projetada para o ano de 1985 de 253.174 habitantes. O número de domicílios urbanos² chega a 73.543 em 1986, apenas contando as áreas cadastradas pela prefeitura municipal, perfazendo um total de 59 bairros.

Caracterizada por ser a capital política e administrativa do Estado, e pelo intenso dinamismo urbano e econômico, juntamente com os quatro municípios vizinhos que com ele conforma a Grande Vitória, foi somente durante a República que se iniciou o processo de transformação urbana que iria romper sua estrutura de Vila Colonial.

Grande parte dessa transformação deve-se às obras iniciadas por Muniz Freire em 1886, as quais, incluindo saneamento e outros melhoramentos urbanos, significaram a incorporação de uma área cinco vezes maior do que a então ocupada pela Capital.

No final da primeira década deste século, foi implantada a infra-estrutura urbana (água, luz e esgoto) até então inexistente, e procedeu-se aterros e drenagens de alagados para incorporação de novas áreas à cidade.

¹IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana; caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3.

²PMV - Residências Cadastradas em 1986.

Com os aterros e a construção do porto, a cidade procurou, já neste século, uma trama mais regular tendendo para o xadrez. Cresceu a cidade igualmente para leste, em busca das praias litorâneas, através dos aterros e linhas dos bondes, e cresceu também para oeste, em direção à ponte de ligação - Ponte Florentino Avidos, inaugurada em 1928 - com o continente, delineando-se a tendência futura de conurbação com Vila Velha, acompanhando a linha de bondes que lhe dava acesso.

Em 1940, a população de Vitória é de 42.300 habitantes, chegando em 1960 com 85.240 ocupando uma área de 410ha.

Percebe-se nesse período (40/60) um grande incremento populacional e de novas áreas, explicável somente pelo processo migratório em direção à aglomeração da Grande Vitória, de habitantes de cidades pequenas - não inseridas no processo de café - e de outros Estados atraídos pelo auge do café. A polarização de Vitória deve-se ao fato de ela ser capital administrativa e de possuir o porto, por onde escoava a produção cafeeira, gerando, portanto, um número grande de serviços.

Constata-se ainda que a mancha urbana da Grande Vitória (GV) triplica, pois, a população migrante de baixo poder aquisitivo procura novas áreas, isto é, áreas onde o preço da terra seja pequeno ou nulo, num processo diferente do crescimento vegetativo no qual a população, já inserida no mercado de trabalho, tende a adensar as áreas já ocupadas. Observando o dado de densidade populacional, verifica-se que a mancha cresce mais depressa nos outros 4 municípios, e que o município de Vitória apresenta-se mais denso pelas próprias características e dificuldades de expansão.

Acompanhando os principais acessos rodoviários que levam ao centro de Vitória, a mancha urbana se estendeu em duas direções opostas nestas últimas 3 décadas. A primeira, cruzou ao sul o canal e incorporou território do município de Vila Velha e Cariacica, apresentando num intenso di

namismo. A segunda, ao norte, acompanhou a linha da costa, aterrando mangues e conquistando terras ao mar, no próprio município de Vitória.

É na década de 60 que o processo de ocupação do território da Grande Vitória torna-se mais rápido e violento. Com a erradicação do café, 200 mil pessoas deixaram o interior do Estado, das quais, aproximadamente 120 mil migraram para a Grande Vitória, e 80 mil para outras unidades da Federação, verificando-se um crescimento demográfico da Grande Vitória da ordem de 6,9% a.a., um dos maiores verificados no Brasil na década. O processo de ocupação do território é idêntico ao período anterior, e, pelo baixo nível econômico, o migrante procura terras não urbanizadas de baixo custo, ou invade áreas marginais centrais.

Com o extravasamento da trama urbana sobre o continente, vieram a se instalar, tanto ao norte como a sul, ou a oeste da Ilha, várias unidades funcionais, tais como: o Aeroporto, o cais de minério, o terminal do Tubarão, os dois terminais ferroviários (Vila Velha e Cariacica) e Indústrias Têxteis e Siderúrgicas (Cariacica).

No período 60/70 a população de Vitória chega a ser 1/3 da Grande Vitória (133.020 habitantes e 386.000 habitantes, respectivamente) e ocupa uma área de 1.100ha. Pela sua posição de centro metropolitano, pela infraestrutura existente, pela falta de novas áreas de expansão, o terreno do município de Vitória começa, com maior força nesta década, a sofrer grande especulação imobiliária, e seu preço, em constante alta, permite abrigar somente as camadas de renda mais alta da sociedade, e os serviços e comércios a níveis mais especializados da Aglomeração.

A ocupação, nesta década, configura-se na forma de mancha de óleo, crescendo de maneira descontínua e desordenada, deixando espaços intersticiais - como ocorreu em outras cidades brasileiras - sob a forma de terrenos vazios e amplas áreas desocupadas por condicionamento físico, indicadores do processo intenso de especulação imobiliária, da impotência do setor público em intervir e das condições naturais adversas.

A partir dos anos 70, o Espírito Santo, passou a participar mais intensamente do crescimento econômico brasileiro, com base de exportação de produtos industriais semi-acabados e de serviços para o exterior, concentrando-se no Estado investimentos no reaparelhamento e expansão nas áreas de transporte, energia, telecomunicações e sistema portuário. E, também, a entrada de empreendimento de grande porte para a produção de pellets de minério, semi-acabados de aço, celulose e reflorestamento, constituídos, via de regra, por associações de capital de empresas estatais e estrangeiras, deram novas configurações e formas de articulação do Espírito Santo com o sistema produtivo da economia brasileira, ocasionando a maior parcela das transformações sofridas pela estrutura e pelas inter-relações urbanas verificadas atualmente.

Especialmente, o crescimento da atividade econômica urbana, esteve concentrado na região da Grande Vitória e áreas litorâneas próximas, produzindo elevado grau de urbanização e estimulando o crescimento da indústria da construção civil e do setor terciário. O município da Serra integra-se com o território de Vitória com intenso dinamismo, uma vez que se instala ali o Centro Industrial de Vitória (CIVIT).

Esse mito dos Grandes Projetos da economia capixaba, além de atrair pessoas da zona rural do Estado, atrai pessoas de outros Estados, onde, houve um insuficiente número de geração de empregos ou então serviços que exigiam maiores graus de qualificação não encontrada no migrante rural. Essas pessoas passaram então a trabalhar na construção civil, no setor terciário, e também no mercado de trabalho informal (biscateiros, empregadas domésticas, vendedores ambulantes).

Essa população, ganhando um salário baixo e instável, vieram a ocupar a periferia do município de Vitória (caracterizada por morros e mangues) habitando áreas não recomendáveis, de difíceis e precárias condições de infra-estrutura; em cômodos pequenos e de material, muitas vezes, de restos da construção civil.

A população de Vitória em 1980 chegou a 207.747 habitantes.

CARIACICA

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

O Município de Cariacica situa-se a oeste do Canal da Baía de Vitória, limitando-se ao norte com Serra e Santa Leopoldina, ao sul com Viana, a oeste com Domingos Martins e Viana e, a leste com Vila Velha e Vitória.

Possui uma área estimada em 272.430Km² de superfície e é compsoito pelos distritos de Cariacica (sede) e Itaquari.

A população estimada na área urbana, segundo o documento Estudos Populacionais para Cidades, Vilas e Povoados do Espírito Santo, para o ano de 1985, é de 219.664 habitantes e na área rural 38.750, totalizando 258.414 habitantes.

Território natural de indígenas, Cariacica - palavra de origem Tupi que significa **chegada de branco** - recebeu esse nome em 1567. Nessa data, era fundado pelos jesuítas um povoado na região do rio que desce do Mochua ra, serra de formação granítica e de grande altitude. Esta ocupação ocorre efetivamente em 1749, quando os jesuítas implantaram fazendas para o cultivo de cana, algodão e cereais.

No início do Século XIX ocorreram as primeiras imigrações para a região. No entanto, é somente a partir da segunda metade do referido século, que a região começa a se expandir com a vinda de portugueses e alemães. Esse crescimento populacional possibilitou a criação da Vila de Cariacica através do Decreto-Lei Estadual nº 57 de 25 de novembro de 1890.

¹A caracterização aqui apresentada segue o conteúdo do documento Estudo Básico de Organização Sócio-econômica do Município de Cariacica, 1983.

No começo deste século, a implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (1904), e a construção da ponte Florentino Avidos (1928) - que ligou Vitória ao Continente - deram nova direção ao processo de desenvolvimento do município, que até então se concentrava apenas na sede com características predominantemente rurais.

A ocupação urbana do município se dá de forma integrada ao processo de consolidação do pólo de Vitória. Na década de 40, algumas medidas, tais como; a inauguração da CVRD (1942) com construção de oficinas de carros e vagões em Itacibá (1943) e as estações de Flexal (1945) e Vasco Coutinho (1947); a implantação da Companhia Ferro e Aço (1946); e a abertura da estrada de Vitória ao Rio, vem fortificar o processo de expansão urbana nas regiões de Itaquari e Jardim América.

Na década de 50, começa a ganhar significado o parcelamento do solo em Cariacica, quando em 1955 foram aprovados 10 loteamentos e assim progressivamente, na medida que cresce a população do município.

Segundo dados do censo de 60, a população urbana do município passa a ser bem maior do que a rural (65,18%), sendo que o distrito de Itaquari detém maior parte da população (68,9%). Verifica-se desta forma, um fortalecimento do distrito de Itaquari enquanto centro urbano do município, sendo comprovado através do crescimento dos setores terciário e secundário.

Nos anos 60, com a erradicação do café, a estrutura sócio-econômica do Estado sofreu profundas modificações, e a banana passa a ser a principal atividade agrícola do município.

Aumenta o fluxo migratório para a Grande Vitória, localizando-se principalmente em Vila Velha e Cariacica, e acelera-se o processo de industrialização no município. Entre os anos 60 e 70, o número de indústrias passa de 7 para 33 no município de Cariacica. As principais indústrias implantadas foram: BRASPÉROLA Indústria e Comércio (1961), Metalúrgica Nossa Senhora da Penha S/A (1963), Refrigerantes Vitória S/A (1960), FRIMA - Frigorífico Paloma Ltda. (1969), S/A White Martins (1961).

Contribuiu para a localização de indústrias em Cariacica, a abertura dos eixos viários que cortam o município: a BR-262, a BR-101 Sul e a Rodovia José Sette.

O processo de parcelamento tem um novo impulso no final dos anos 60. São aprovados no período de 67 a 70 um total de 25 novos loteamentos, situados principalmente no entorno da BR-262.

A decisão de se construir o Porto de Tubarão e o Complexo Industrial (CIVIT e CST) na Serra, se constitui, entre outro, num fator importante para a compreensão da característica assimilada desde então por Cariacica, influenciando não apenas no esvaziamento da tendência industrial, mas também na concentração da população de baixa renda.

O Município de Cariacica está distante dos três fatores importantes na Grande Vitória que são o centro metropolitano, o complexo industrial portuário de Tubarão e a faixa de praias que determinam o alto valor da terra. Resulta daí o fato de Cariacica ser o município preferido para os assentamentos de populações de baixa renda, uma vez que o custo dos terrenos torna-os acessíveis.

Dos 82.880 empregos gerados no município, apenas cerca de 33.000 destes eram preenchidos por pessoas residentes no próprio município.

Os dois bairros que se destacam como área de geração de empregos são Jardim América e Campo Grande.

Em Jardim América destaca-se uma certa concentração de comércio atacadista, armazém de grande porte e a COFAVI - uma das maiores empresas do município.

Campo Grande é o centro de animação do município, concentrando importantes atividades de comércio e serviços, e abrigando ainda, indústrias de médio porte.

O setor de maior dinâmica efetiva do município continua sendo comércio e serviços, absorvendo a maior parte dos empregos; em seguida aparece o setor industrial e por último o setor agrícola.

O setor secundário, segundo o Anuário Industrial do Espírito Santo 81/82, agrupa 158 indústrias, a maior parte delas de pequeno porte. As grandes empresas do município continuam sendo a BRASPÉROLA, COFAVI, METALPEN, Frigorífico Paloma e Frinca etc. O gênero de indústria que apresenta o maior número de empresas é o mobiliário, seguido dos gêneros alimentícios e metalúrgicos.

A estrutura fundiária do município é de pequenos proprietários.

2. SITUAÇÃO HABITACIONAL

Concentrando o maior contingente populacional da região da Grande Vitória, o município de Cariacica pode ser também caracterizado por apresentar os maiores índices de carência habitacional da região.

Ao tratar-se a questão habitacional em seu sentido mais amplo, isto é, sob a forma do **Habitat Urbano**, onde a existência dos serviços básicos - água, energia elétrica, saneamento básico, calçamento etc. é indispensável a níveis satisfatórios de qualidade de vida, nota-se que a precariedade das condições habitacionais do município é, por assim dizer, generalizada.

Essa situação pode ser justificada em parte como consequência do forte fluxo migratório ocorrido na região da Grande Vitória nas décadas de 70 e 80. Segundo pesquisa realizada 82,63% da população de Cariacica não nasceu no município, sendo que desses 40% fixaram-se a menos de 5 anos, 25% entre 5 e 10 anos e 35% há mais de 10 anos. Mais da metade dos migrantes (53%) é procedente do interior do Estado, contra 29% de outros Estados e 18% da Grande Vitória.

Diante da escassa oferta de moradias e do alto custo dos terrenos localizados nos municípios de Vitória e Vila Velha, couberam aos municípios de Cariacica e Serra, o papel de acomodar parcelas significativas desse contingente migratório.

Apresentando-se como uma das alternativas mais viáveis para ocupação, decorrente da proximidade com Vitória e do baixo preço dos terrenos, o município de Cariacica teve sua população, já caracteristicamente de renda média e baixa, acrescida por migrantes em semelhantes condições econômicas.

A ocupação do município pode ser caracterizada como densa ao longo da BR-262, seguindo para o sul segundo três eixos secundários, quais sejam: as estradas Jardim América/Çaçaroca, Campo Grande/Çaçaroca, Estrada do Tanque. Ao norte do município a ocupação é mais intensa ao longo da Rodovia José Sette até o cruzamento desta com a BR-101.

A maioria dos assentamentos urbanos se processa sobre os terrenos ondulados da FORMAÇÃO BARREIRAS, que aparece predominantemente ao sul do município. Os solos apresentam altas declividades e pequenas espessuras, com textura arenosa de fácil erodibilidade.

As três bacias mais densamente ocupadas são aquelas do Córrego Campo Grande e seu afluente: do Córrego Maria Preta, a do Córrego Jardim América e a do Rio Piranema ou Itanguá. Nestas bacias, todos os despejos domésticos, hospitalares ou industriais, são lançados nos córregos.

Os vários bairros existentes no município encontram-se relativamente isolados entre si.

As tendências de crescimento do município apontam hoje principalmente a região sul de Campo Grande e a direção oeste, ao longo da estrada de Piranema.

A precariedade dos controles urbanos teve como um de seus efeitos a extrema dispersão e desorganização da malha urbana.

As tendências atuais de expansão urbana vêm reforçar esse processo de dispersão, na medida que persistem áreas com baixa densidade e a presença de vazios dentro da área urbana ocupada. Isso vem onerando as redes de infra-estrutura, ao mesmo tempo que valorizam essas glebas.

Nesse processo de parcelamento, destaca-se como um grave problema para o município o elevado número de loteamentos clandestinos, que, pelo não cumprimento das exigências legais, causa ônus tanto à Prefeitura quanto a população.

Na década de 50, começa a ganhar significado o parcelamento do solo em Cariacica, tendo seu primeiro momento de maior importância em 1955, com a aprovação de 10 loteamentos. No período de 1953 a 1956 verifica-se que foram aprovados 26 loteamentos em apenas 4 anos.

Desses loteamentos, 60% localizaram-se no entorno da BR-262. São em sua maioria loteamentos de pequenos proprietários, que parcelam toda sua gleba e não possuíam outras áreas próximas as mesmas.

O processo de parcelamento tem um novo impulso no final dos anos 60. São aprovados no período de 67 a 70 um total de 25 novos loteamentos. Nesta década verifica-se grandes e médias áreas sendo loteadas. São grandes proprietários que loteiam partes de suas glebas, deixando para uma segunda etapa o parcelamento do restante. Na década de 70 foram aprovados 61 loteamentos. A presença de empresas atuando no submercado de loteamentos, em Cariacica, ganha importância nessa época. Entretanto, muitas dessas empresas surgem a partir da transformação de proprietários rurais em empreendedores imobiliários. Nota-se que, em Cariacica, o papel do proprietário de terras na expansão da malha urbana é preponderante, quer quando passa a lotear parte de sua gleba, quer quando cria uma empresa e passa a atuar como empresário no ramo imobiliário.

Da relação de loteamentos aprovados até 1981, e os loteamentos clandestinos de que se tinha notícias em julho de 82, verifica-se que num total de 211 loteamentos, 61 são clandestinos, 150 são aprovados pela

Prefeitura Municipal de Cariacica, e apenas 69 se encontram registrados em cartório. Isso equivale dizer que apenas 69 loteamentos encontram-se em situação regular para fins de venda.

Apenas 6 loteamentos foram aprovados após a Lei Federal nº 6.766/79 tendo cumprido todas as exigências legais.

A maioria dos loteamentos destina-se à população que auferem renda abaixo de 5 salários mínimos.

As invasões constituem outro problema a ser destacado sob esse aspecto, consolidando-se principalmente nos últimos 5 anos em Cariacica. É alarmante o número de pessoas que recorreram às invasões nas áreas de Flexal, Rio Marinho e mais recentemente a Itanhenga.

Aproximadamente 80% da população do município sobrevive com uma renda inferior a 5 salários mínimos.

71,77% dos domicílios são de propriedade de seus habitantes, estando os maiores índices de moradia nas regiões de Cariacica, Itaquari, Jardim América, Itacibá e Campo Grande.

O índice de terrenos próprios é um pouco inferior em relação aos domicílios, 66,84%.

As condições de moradia são precárias. As casas tem uma área de em média 58,1m², com terreno de 264m²; quando ao material das casas, 56,40% são de alvenaria, 41,60% são de madeira, 1,52% de material aproveitado e 0,39% de estuque².

²IJSN. Estudo Básico de Organização Sócio-econômica do Município de Cariacica. Vitória, 1983.

As unidades particulares de saúde estão situadas em sua maioria em Jardim América e Campo Grande. 60,54% da população utiliza o serviço médico do INAMPS no município de Vitória.

O Centro de Saúde de Jardim América e o Pronto Socorro de Itacibá não conseguem cobrir toda a demanda da área.

As doenças mais registradas nos últimos 3 anos em Cariacica são: problemas dentários (24,30%); verminose (16,98%).

A prefeitura considera, portanto, que todos os bairros do município são carentes uma vez que a maioria da população tem uma renda inferior a 5 SM. Entretanto, dentre eles existem aqueles que são mais problemáticos com problemas infra-estruturais graves. Estes bairros, todos formados por invasão, priorizados pela prefeitura para conhecimento da realidade local, são: Rio Marinho, Porto de Santana, Flexal, Itanhenga, Fernando do Santório e Sotelândia³.

Verifica-se portanto que o município passou por um forte e desordenado processo de retalhamento de sua área urbana, sendo acumulados os mais variados tipos de problemas através dos tempos. Pode-se notar, por exemplo, que o problema dos lotes vagos é ainda hoje de grandes dimensões e que o adensamento cada vez mais intenso de determinados bairros - Campo Grande, Itaquari, Porto de Santana, Flexal, etc., acontece paralelamente a escassa ocupação dos grandes loteamentos periféricos.

Ao contrário da expansão populacional e da oferta imobiliária, a expansão econômica do município não se registrou nestes mesmos níveis. 0

³A equipe do IJSN pôde constatar a precariedade em que se encontram tais bairros através das visitas em campo (vide Anexo 1). Para os demais bairros, devido a impossibilidade de visitar todos, foi utilizada a pesquisa do IJSN. (Elaboração de uma Política de Desenvolvimento Urbano para o Município de Cariacica, 1983) em que os bairros estão setorizados por ATAD's, e também informações obtidas na Prefeitura Municipal de Cariacica (vide Anexo 2).

baixo poder aquisitivo que caracterizava a população do município foi mantido, e as condições habitacionais hoje registradas, assim como antes, podem ser ainda caracterizadas pela falta de super-estrutura urbana, pelas irregularidades fundiárias e urbanísticas, e pela precariedade de atendimento à população residente.

Constatada a gravidade da situação habitacional em que se encontra o município de Cariacica, torna-se urgente uma intervenção através de um planejamento municipal direcionando os usos e ocupação do solo, e fazendo cumprir as leis relativas a loteamentos, visando frear o processo acelerado de ocupação desordenada do município.

SERRA

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município da Serra localiza-se na microrregião da Grande Vitória, na sua parte norte, delimitando-se com os municípios de Vitória e Cariacica ao sul, Santa Leopoldina a oeste e Fundão ao norte, tendo à sua face leste o Oceano Atlântico.

Os 547 quilômetros quadrados do município são constituídos de três feições, distribuídas longitudinalmente, paralelas ao litoral e interpenetrantes: a área serrana, modelada em rochas cristalinas onde se destaca o Mestre Álvaro, de 600m de altitude, o tabuleiro, encimado pela rodovia que o percorre formando alguns altiplanos cortados pelos pequenos vales úmidos que se comunicam com a baixada, faixa litorânea que abriga uma série de lagoas e a restinga paralela ao mar. Merece ser citado também o baixio a sudoeste do município, área alagadiça sob influência da maré, que vem sendo ocupada em suas margens por população de baixa renda.

ASPECTOS HISTÓRICOS

As terras que compreendem o município atual foram desbravadas desde 1535, porém somente em 1556 o povoado foi fundado pelo Padre Lourenço Brás com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Serra. No mesmo ano foi fundada no litoral uma outra povoação, a Aldeia dos Reis Magos, pelo Jesuíta Afonso Braz, atualmente Nova Almeida, que chegou a ser sede de comarca em 1760. Foi sede municipal e também sede paroquial em 1757, com a denominação de Três Reis Magos, sediada na matriz construída em 1580. A povoação da Serra foi elevada a sede de distrito em 1752 e a sede municí

pal, desmembrando-se do Município de Vitória, em 1833. Compreende, atualmente, além da sede, os distritos de Carapina, Queimado, Nova Almeida e Calogi.

EVOLUÇÃO URBANA

Sua ocupação se deu inicialmente na sede do município e no povoado de Nova Almeida, com o qual se comunicava pelo vale do Rio Reis Magos. Pequenos aglomerados vieram a se formar nos caminhos que da capital davam acesso à sede e ao balneário Jacaraípe, onde também residiam alguns pescadores.

Os primeiros loteamentos de caráter mais acentuadamente urbanos foram de meados da década de setenta, e são aqueles que hoje constituem o Bairro de Fátima, o Bairro São Sebastião e o Bairro Jardim Limoeiro, este com uma parte constituída de lotes de chácaras e que compreende os atuais bairros de Guaraciaba, Chácara Parreiral, Parque do Sol e Camará. Note-se que, apesar do intenso processo de parcelamento urbano e ocupação por que passaria o município nos períodos seguintes, alguns desses antigos loteamentos permanecem parcamente ocupados.

Somente em finais desta década, com a incorporação do território do município à expansão do Aglomerado Urbano da Grande Vitória, principalmente do distrito de Carapina, os loteamentos passaram a proliferar, principalmente junto às rodovias BR 101-Norte, ES 10 e a estrada antiga de Jacaraípe.

São dessa época também os numerosos loteamentos litorâneos que ocupam toda a faixa marítima do município, desde Carapebus, no extremo sul, Marquinhos, Jacaraípe, onde são mais numerosos, até Nova Almeida, chegando a seqüência de loteamentos até Santa Cruz, no Município de Aracruz.

Do final dos anos setenta, e principalmente desta década, são os diversos conjuntos implantados nos altiplanos do município, alguns fora dos principais eixos viários estruturantes, os quais, por se constituírem de parcelamentos do solo para ocupação imediata, ao contrário dos loteamentos em que o processo é lento, elevaram repentinamente a população da Serra.

Mais recentemente, algumas das partes baixas foram ocupadas por aglomerados de baixa renda, de maneira física e juridicamente irregulares, acarretando numerosos problemas de infra-estrutura.

Observa-se, portanto, que a ocupação do município se dá de maneira esparsa com os bairros em conformação foliar, alternando baixas e altas densidades, ocupando as partes mais altas e deixando os vales úmidos vazios, algumas vezes ocupados por favelas. Essa dispersão dificulta a alocação de equipamentos e infra-estrutura urbana, principalmente saneamento e transporte coletivo.

A integração entre os bairros se dá fracamente, e vem sendo objetivada pela prefeitura municipal através do sistema de transportes coletivos e do sistema viário, como na implantação da ligação norte-sul, que procura a vinculação intra-urbana fora do âmbito da rodovia BR 101.

Apesar do perímetro urbano abranger quase a totalidade dos distritos Sede, Carapina e Nova Almeida, uma fração maior de sua área é ainda constituída de vazios urbanos, abrangendo a sua parte baixa a sudoeste, alguns trechos junto à BR 101 entre Carapina e a Sede, e uma ampla área entre a faixa ocupada litorânea e o tabuleiro ocupado pela rodovia.

ASPECTOS POPULACIONAIS

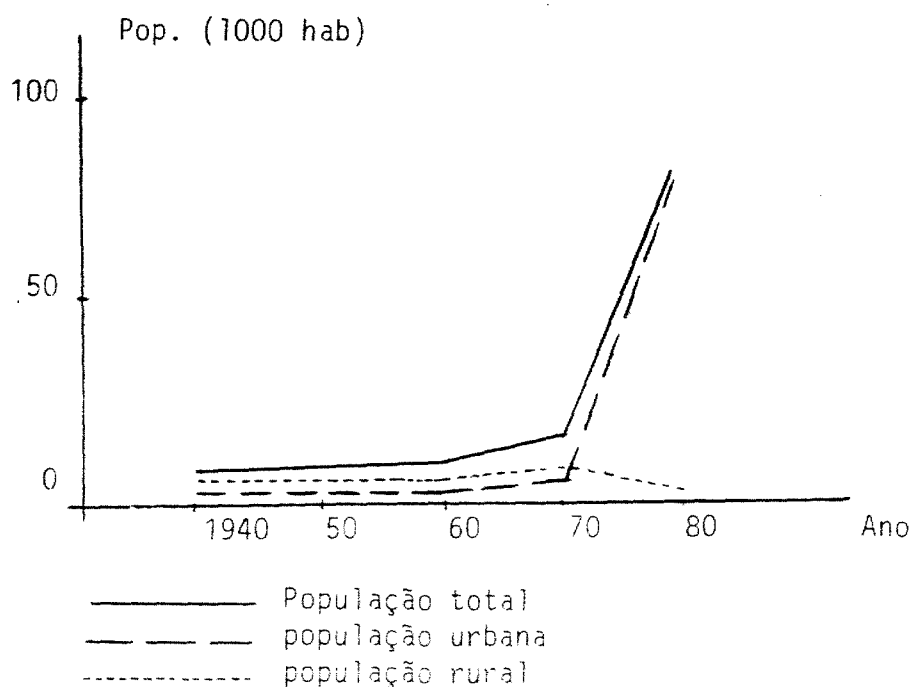
A população do município da Serra manteve-se praticamente estável nos 25 anos que antecederam o surto de crescimento da década de setenta. A ri

gor, houve uma diminuição relativa, pois os números indicam que não acompanharam sequer o crescimento vegetativo no período 1940-1960.

Durante a década de 60 o crescimento absoluto foi de 177,7%, a este se ampliaria ainda mais na década seguinte, crescendo 4,77 vezes. Para 1985 o crescimento estimado era de mais 158%, totalizando 14,27 vezes em 25 anos, indo de 9.729 habitantes cadastrados no censo de 60 a 130.707 residentes estimados no trabalho do IJSN.

CURVA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO¹

Município da Serra



¹IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana, caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO 1940-1980²

1940	9.381
1950	9.245
1960	9.729
1970	17.286
1980	82.541

O distrito com maior participação total e urbana era o da sede, com 33,35% e 44,33%, respectivamente em 1960, quando Carapina abrigava 34,85% da população municipal rural. No censo de 70 a sede ainda abrigava 47,99% da população urbana, todavia residiam em Carapina 43,15% da população municipal, ou seja, 7.459 dos 17.286 serranos. Na realidade, isso se deve a uma deformação nos critérios adotados, que considerava 54,41% a participação de Carapina sobre o total rural quando na realidade esses moradores residiam em loteamentos não incluídos no perímetro urbano considerado.

Já no censo de 80, com os critérios adotados, confirmando o processo de ocupação urbana descrito no item anterior, o distrito de Carapina respondia por 69,92% dos 80.314 moradores urbanos e 68,11% do total dos 82.581 habitantes do município. Vale destacar que em números a população rural reduziu de 9.306 para 2.267 habitantes entre os dois censos, todavia na realidade o que ocorreu foi uma expansão do Perímetro Urbano Municipal por lei aprovado no período.

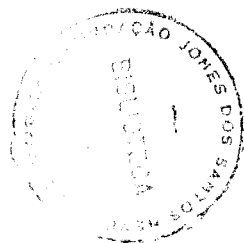
Observa-se portanto, que nos períodos 60-70-80 os distritos de Queimado e Calogi tiveram redução real de população, enquanto que os distritos de Nova Almeida e Serra tiveram crescimento absoluto até relevantes no período. Todavia, essa participação foi pouco significativa, tendo, em vista o crescimento de 2.030% do distrito de Carapina no mesmo período.

²IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana, caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL URBANA E RURAL 1960-1970-1980
TOTAL E POR DISTRITO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
SERRA	9.162	17.286	82.581	3.415	7.980	80.314	5.747	9.306	2.267
Sede	3.056	5.769	17.396	1.514	3.830	16.325	1.542	1.939	1.071
Nova Almeida	1.463	2.407	7.549	1.191	1.704	7.405	272	703	144
Carapina	2.470	7.459	56.246	467	2.395	56.155	2.003	5.064	91
Queimado	663	559	431	152	20	06	511	539	425
Calogi	1.510	1.092	959	91	31	423	1.419	1.061	536

Fonte: FIBGE, Censo 1980



ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO 1970-1980³

Distritos

Sede	3,01
Nova Almeida	3,32
Carapina	7,54
Queimado	- 0,77
Calogi	- 0,88

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO MUNICIPAL (%)

	1970		1980	
	URB. DISTR. URB. MUNIC.	TOTAL DISTR. TOTAL MUNIC.	URB. DISTR. URB. MUNIC.	TOTAL DISTR. TOTAL MUNIC.
Sede	47,99	33,37	20,33	21,07
Nova Almeida	21,35	13,92	9,22	9,14
Carapina	30,01	43,15	69,92	68,11
Queimado	0,25	3,23	0,01	0,52
Calogi	0,39	6,32	0,53	1,16

³IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana; caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.1.

Estudos realizados pelo IJSN estimam que o crescimento populacional do município nesta década será da ordem de 233,6%, atingindo 192.920 habitantes, chegando a 319.181 no ano 2000 e a 518.388 no ano 2010. Verifica-se também que essa população irá ocupar desigualmente o território do município, à medida em que as áreas vazias forem sendo urbanizadas e as ocupadas forem atingindo os índices normais de saturação ou preços de solo elevado.

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO POR ATAD'S 1970-2000⁴

MUNICÍPIO DA SERRA

	1970	1980	1985	1990	2000
Serra - Total	17.300	82.400	130.707	192.920	319.181
57 - Sede	3.832	9.256	12.128	18.358	31.072
58 - CIVIT	897	7.382	11.053	17.351	30.184
59 - Praias	2.223	7.382	11.053	17.351	30.184
60 - Carapina	2.402	6.750	19.488	26.242	36.008
61 - Estrada Nova	2.715	21.592	28.188	35.133	52.916
62 - BR 101	2.587	22.895	27.880	35.743	62.493
63 - Noroeste	690	2.400	3.679	4.790	9.084
64 - Interlagos	1.952	2.246	13.766	33.145	59.410

⁴IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana, caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3. Anexos.

MÃO-DE-OBRA

O número médio de elementos por família no município da Serra é menor do que a média do Espírito Santo: 4.385 contra 4.548. Esse dado pode ser explicado pelo caráter eminentemente urbano das famílias no município, em grau maior do que na média do Estado, sabendo-se que as famílias nas cidades tendem a ter menos membros que no rural. Percebe-se também que as células familiares médias são maiores do que na média do Estado, entre 3 e 4 pessoas por família. Observa-se também uma proporção maior de famílias com 6 a 10 elementos, presumivelmente presentes em regime de co-habitação, como forma de resolver o problema da moradia através dos **puxados** para o acréscimo de cômodos.

NÚMERO DE ELEMENTOS POR FAMÍLIA

Serra e Espírito Santo

FAMÍLIAS	SERRA		ESPÍRITO SANTO	
	18.569	%	441.553	%
1 pessoa	907	4,9	21.319	4,8
2 pessoas	2.879	15,5	67.388	15,8
3 pessoas	3.697	19,9	80.612	18,2
4 pessoas	3.578	19,3	78.183	17,7
5 pessoas	2.629	14,1	62.970	14,3
6 a 10 pessoas	4.670	25,1	123.328	22,9
11 a 14 pessoas	209	1,1	7.540	1,7
15 ou mais	-	-	213	0,5
Mé Elem./família	4,368		4,548	

Fonte: FIBGE IX Recenseamento geral: Censo Demográfico 1980.

A faixa de rendimento médio familiar do município, pela condição de pre dominância de empregos nos setores terciário e secundário, apresenta-se mais equilibrada que na média do Espírito Santo. Esse dado se acentua mais se da média estadual excluirmos os municípios da Grande Vitória. Is so se deve ao fato de que nas sociedades menos urbanas há uma maior inci dência de rendimentos muito baixos ou muito altos.

FAIXA DE RENDIMENTO MÉDIO POR FAMÍLIA

Serra e Espírito Santo

SALÁRIO MÍNIMO	SERRA	%	ESP. SANTO	%
0 a 1/4	88	0,5	3.842	0,9
1/4 a 1/2	400	2,1	20.910	4,7
1/2 a 1	1.346	7,2	62.202	14,1
1 a 2	5.161	27,8	117.292	26,5
2 a 5	7.249	39,0	138.351	31,3
5 a 10	2.859	15,4	53.033	12,0
10 a 20	901	4,8	24.604	5,6
+ 20	190	1,0	10.610	2,4
s/rendimentos	280	1,5	7.266	1,6
s/declar.	95	0,5	3.443	0,8

Fonte: FIBGE IX Recenseamento Geral; Censo Demográfico 1980.

Ac analisarmos os dados de renda individual, por outro lado, verifica-se que o nível de remuneração reduziu entre 70 e 80, e que o número de traba^lhadores sem renda formal é elevado, apesar de ter-se reduzido na última década.

PEA POR FAIXA DE RENDA: TOTAL E RELATIVO - 1977-1980⁵

		ABSOLUTA	%
Sem renda	77	11.826	52,35
	80	26.457	44,81
- 1 SM	77	1.855	8,18
	80	8.430	14,28
1 - 2 SM	77	3.830	16,88
	80	13.175	22,31
2 - 5 SM	77	3.046	13,43
	80	7.932	13,43
5 - 10 SM	77	1.143	5,04
	80	2.212	3,75
10 - 20 SM	77	427	1,88
	80	598	1,01
+ 20 SM	77	207	0,91
	80	111	0,19
s/Declaração	77	303	1,34
	80	129	0,22
Total Absoluto	77	22.687	100,00
	80	59.044	100,00

⁵ IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana, caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3.

Quanto ao setor de atividade, havia uma predominância de atuação no setor primário em 1970, quando 39,42% trabalhava nesse setor. Na década seguinte, com um aumento de 9 vezes no número de trabalhadores do setor terciário e de nada menos que 14 vezes no setor secundário, estes passaram a responder por 40,71% e 47,50% dos empregos, sendo que o município respondia por 9,40% dos empregos industriais no Estado em 1980. A massa de trabalhadores aumentou quase sete vezes no mesmo período, passando a de ter 4,22% dos empregos no Espírito Santo.

PEA POR ATIVIDADE - TOTAL, RELATIVO MUNICIPAL E RELATIVO ESTADUAL
1970-1980⁶

Serra

		ABSOLUTO	% MUNICÍPIO	% ESTADO
Total 100%	1970	4.614	100,00	1,01
	1980	30.002	100,00	4,22
Primário	1970	1.819	39,42	0,75
	1980	1.678	5,66	0,70
Secundário	1970	995	21,56	1,60
	1980	14.252	47,50	9,40
Terciário	1970	1.338	29,00	0,95
	1980	12.214	40,71	4,29
Outras Ativid.	1970	462	10,01	3,21
	1980	1.018	3,39	5,88
Procurando Trabalho	1980	820	2,73	5,67

⁶IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana; caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3.

ASPECTOS ECONÔMICOS

O setor rural sofreu profundas transformações nos últimos vinte anos, principalmente na década de setenta, na conjugação dos perfis da produção agropecuária, da estrutura fundiária e da composição da mão-de-obra rural, a par de um intenso processo de urbanização e especulação fundiária.

De uma estrutura fundiária pautada na pequena propriedade em 1960, passou a se constituir basicamente por grandes propriedades em 1980, período em que 765 estabelecimentos desapareceram, enquanto a área total do conjunto de estabelecimentos restantes aumentou de 23,8 mil ha para 38,3 mil ha, ou seja, 61%. Grandes áreas foram adquiridas como reserva de valor, para fins de especulação urbana, conjugada com atividades econômicas agropecuárias, utilizando-se de tecnologia moderna e força de trabalho assalariada. Em 80, 76,1% da área total do município estavam nas mãos de produtores que residiam fora do estabelecimento.

Os estabelecimentos de até 100ha em 1960 representavam 89,6% do número total, passaram a 66,3% em 80, sendo que a área total passou de 57,8% para 12,2% no mesmo período, representando uma redução de 60% da área total ocupada, enquanto apenas 70 propriedades acima de 100ha ocupavam 33,6 mil ha. As poucas pequenas propriedades que ainda sobrevivem ao processo de concentração e urbanização são fragilizadas e têm muita dificuldade para garantir sua reprodução, situando-se nos estreitos limites de sua subsistência, exauridas de suas potencialidades e não dispendo de recursos financeiros para a recuperação, tendendo ao desaparecimento.

As terras do município são hoje praticamente dominadas por pastagens de bovinos, constatando-se que, apesar da incorporação de mais terras aos estabelecimentos rurais, houve um decréscimo da área destinada ao cultivo de lavouras, enquanto que a área de pastagens mais que duplicou nos últimos 20 anos, representando em 1980 58% da área total. Embora a pecuária

seja a atividade agropecuária predominante, é responsável por apenas 30% do valor global do setor, apesar de ser a principal atividade econômica de 53% dos estabelecimentos rurais e representar 64,3% da área total; o aumento do efetivo de bovinos no período foi da ordem de 130%, sendo que 75,6% do total estão em propriedades maiores que 100ha.

A concentração da propriedade da terra e da renda gerada no setor pode ser constatada também na evolução da produção de outros produtos: o café, que em 1960 constituía a principal produção, com 285 toneladas colhidas de 1.708ha, em 1980 teve a irrisória produção de 13 ton. em 41ha plantados. Como substituição ao café, a cultura do abacaxi e ainda de outros produtos, como arroz, milho, feijão, banana e laranja ocuparam a pauta de maiores valores gerados em 1970, porém em 1975 apenas a banana manteve a trajetória ascendente.

Em 1980 as culturas maiores geradores de renda no setor eram as do mamão, com 36,3%, e do abacaxi, com 13,9%; todavia apenas 5 estabelecimentos eram produtores de mamão e apenas 7 produziam abacaxi. As atividades de reflorestamento, responsáveis pela geração de uma renda correspondente a 14,2% do valor da produção, eram praticadas então por apenas 7 proprietários.

A redução da importância relativa do setor agropecuário pode ser avaliada ao analisarmos o quadro seguinte, referente aos censos econômicos de 1980, onde constatamos que um maior número de estabelecimentos dedicava-se ao comércio e serviços, seguidos pelos estabelecimentos agropecuários. A participação desses estabelecimentos na geração de empregos é, todavia, reduzida, pois eram responsáveis por apenas 40,45% do pessoal ocupado, enquanto as indústrias respondiam por 59,55%, o que representava 12,33% do total do Estado.

A massa de salários pagos por essas indústrias na mesma época era de 81,04% do total pago no município, o que demonstra um nível de remuneração do trabalho bem mais elevado que nos outros setores, tendo pago

Cz\$ 101.117,00 por empregado/ano, enquanto o setor agropecuário pagou Cz\$ 34.398,00. O valor da produção foi também mais elevado no setor industrial, responsável por 8,16% do total do Estado, produzindo Cz\$ 1.273.904,00 por emprego/ano, contra Cz\$ 119.041,00 por emprego/ano no setor agropecuário.

Considerando a predominância do setor secundário no município, principalmente se colocarmos em termos de perspectivas futuras, analisamos a seguir um item relativo à industrialização na Serra.

PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, MASSA DE SALÁRIOS E VALOR DA PRODUÇÃO SEGUNDO SETORES DA ECONOMIA - VALORES ABSOLUTOS, RELATIVO MUNICIPAL E RELATIVO ESTADUAL⁷.

Município da Serra - 1980

	ABSOLUTO %	MUNICÍPIO	ES %
Estabelecimentos			
. Agropecuários	208	100,00	0,35
. Industriais	128	100,00	3,50
. Comércio/Serviços	930	100,00	3,62
Pessoal Ocupado			
. Agropecuária	1.711	14,99	0,49
. Industriais	6.798	59,55	12,33
. Comércio/Serviços	2.907	25,46	3,22
TOTAL	11.416	100,00	2,31
Salários (Cr\$ 1.000)			
. Agropecuária	58.855	6,94	0,78
. Industriais	687.397	81,04	3,36
. Comércio/Serviços	101.987	12,02	0,31
TOTAL	848.241	100,00	1,97

Continua

⁷ IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana; caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3.

Continuação

	ABSOLUTO %	MUNICÍPIO	ES %
Valor da Produção (C \$ 1.000)			
. Agropecuária	203.680	1,75	0,69
. Industriais	8.660.000	74,26	8,16
. Comércio/Serviços	2.799.922	23,99	1,57
TOTAL	11.699.602		3,71

INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA SERRA

A importância econômica do município se manteve secundária até início dos anos setenta, quando o processo de adensamento e crescimento e o processo de desconcentração da capital atingiu o Planalto de Carapina, área favorável por seus terrenos altos e planos, situada na saída norte da Grande Vitória, nos entroncamentos da BR 101-Norte com a rodovia que contorna a microrregião com a estadual ES 010 e ainda com a ferrovia Vitória-Minas no seu ramal que dá acesso ao Porto de Tubarão.

Formando uma espinha ramificada encimada longitudinalmente pela rodovia federal, o altiplano inicialmente, abrigou algumas atividades de apoio ao porto exportador de minérios da Companhia Vale do Rio Doce, que iniciou suas operações em 1965 e logo depois instalou aí alguns conjuntos residenciais destinados a seus funcionários.

Hoje o município da Serra abriga 272 estabelecimentos industriais, o que em números relativos representa apenas 6,8% do total estadual. Essa participação, todavia, adquire significado quando constatamos que os estabelecimentos do município abrigam 16.048 trabalhadores, ou seja, 20% do pessoal ocupado no setor no Espírito Santo. Em termos de faturamento, ainda segundo dados do IDEIES no seu Anuário Industrial, o total em 1983 foi de 272,914 milhões de cruzeiros ou seja, 18,50% do total do Estado.

Essa participação adquire significado ainda maior quando analisada qualitativamente: além de estar situado na Serra o maior estabelecimento, a

Companhia Siderúrgica de Tubarão, no município localizam-se 77,03% das indústrias capixabas de matéria plástica, 74,27% das indústrias químicas, 72,18% das indústrias de material elétrico e comunicações, e ainda 34,45% das indústrias metalúrgicas e 33,39% das indústrias de madeira.

A Companhia Vale do Rio Doce tem parte das instalações relacionada com o Porto de Tubarão na Serra, trazendo-lhe influência indireta. Concebido inicialmente para uma movimentação de 20 mil ton./ano, atingiu 72 mil em 1985 e suas instalações incorporam ainda 6 usinas de pelotização para aproveitamento de minério ultra fino. Num período de 20 anos movimentou a Companhia Vale do Rio Doce 885 milhões de toneladas de minério de ferro, gerando o equivalente atualizado de 14 bilhões de dólares. O futuro processo de diversificação, preconizado a partir da capacidade ociosa da ferrovia após sua ampliação e da transferência parcial das atividades para Carajás e Itaquí, no Pará e Maranhão, respectivamente, poderá trazer como consequência a instalação de diversas indústrias químicas e de sub-processamento ou ainda de equipamentos de armazenamento de cereais, caso venha a ser utilizado como terminal do corredor de exportação do programa Polocerrado. Para essa atividade de produção de cereais em Goiás e Minas Gerais destinados à exportação, a possibilidade de atracação de navios de grande porte em sistema combinado cereais/grãos de minérios, atingindo países mais distantes, faz com que o Porto de Tubarão seja cogitado para vir a ser escolhido como o terminal do Corredor de Exportação.

Data de início dos anos setenta a decisão de instalar no município distritos industriais de grandes dimensões, destinados a abrigar o esforço de industrialização por que passaria o Espírito Santo nos anos seguintes. Os Centros Industriais de Vitória, assim chamados, compreendem hoje 8 milhões de metros quadrados infra-estruturados, parcialmente ocupados, prevendo-se a instalação futura de novos distritos em outros municípios da Grande Vitória. O CIVIT I teve suas obras de infra-estrutura iniciadas em 1972 e, após vários anos de desinteresse por parte dos investidores, encontra-se atualmente totalmente ocupada, constituindo-se as áreas ainda vazias em lotes comprometidos destinados à ampliação das 34 indústrias

já instaladas. O CIVIT II, com 2,8 milhões de metros quadrados, tem capacidade para 300 empresas, estando já instaladas 26 das quais 11 em funcionamento, e lotes reservados por mais 50 interessados. Essa política de ocupação baseou-se na oferta de lotes industriais infra-estruturados a preços subsidiados, isenção de ICM por até 12 anos e apoio técnico e financeiro pelo BANDES. Sua ocupação era prevista para 20 anos, porém está se dando em menor tempo em função das economias de escala que começam a se manifestar e que deverão se acentuar através da complementariedade e afinidade dos estabelecimentos, originados da operação e ampliação da CST. Outro fator que acelerou a sua ocupação foi a mudança das diretrizes iniciais da destinação a pequenos e médios estabelecimentos, permitindo a instalação de algumas unidades de porte maior. Atualmente, os impostos arrecadados pelas indústrias do CIVIT cobrem anualmente em quatro vezes os investimentos já realizados, segundo depoimento do SUPPIN (Superintendência Regional de Polarização Industrial), órgão estadual destinado ao seu gerenciamento.

A Companhia Siderúrgica de Tubarão, que engloba o porto exportador de Praia Mole, constitui o maior investimento industrial já realizado no Espírito Santo e um dos maiores no setor siderúrgico do País. É atualmente a quinta empresa exportadora brasileira, tendo alcançado um faturamento de 388 milhões de dólares em 86, quando foi responsável pela produção de 17% do aço bruto nacional. Com a intenção da Siderbrás de ampliar essa produção de 16 para 26 milhões de ton./ano até 1997 sem a instalação de novas usinas, a CST deverá ampliar a sua capacidade atual de 3 milhões de ton./ano de placas para 6 milhões de ton./ano de laminados planos até 1992, quando deverá estar recolhendo seis vezes mais ICM, passando dos atuais 3,8 para 22 milhões de dólares anuais em 92, o que representará 15% da arrecadação estadual desse imposto. O investimento global para essa ampliação será da ordem de 2,5 milhões de dólares, sendo US\$ 450/ton. de aço bruto e US\$ 150/ton. de aço bruto para o laminador de tiras quente (LTQ), gerando 4 mil empregos diretos, de 7 a 10 mil empregos nas atividades induzidas e 20 mil empregos de construção civil no pico da fase de obras, além dos empregos indiretos. Surgirão atividades à montante de abastecimento da usina nos setores mecânico, metalúrgico, prestação de

serviços, fabricação de elementos refratários, oficinas de reparos de máquinas e transportes, indústrias mecânicas e de peças, usinagem, fundição, pinturas, produção de alimentos, uniformes, etc. Por outro lado, a instalação do LTQ associado ao aumento da produção possibilitará o desdobramento do parte industrial com a utilização dos produtos e subprodutos da siderúrgica, tais como fábricas de cimento, fertilizantes, carbôquímicos, pavimentação, relaminação, máquinas agrícolas, estruturas metálicas, fábricas de tubos, caldeirarias, etc.

Como se pode observar, a expectativa e o potencial dos investimentos no município são acentuados, tendo já em 1986 sido de Cz\$ 354,3 milhões, ou seja, 59% das operações financeiras aprovadas pelo Grupo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - GERES - sido destinadas a empreendimentos na Serra, prevendo-se um montante de US\$ 5 bilhões nos próximos 10 anos, incluindo-se a ampliação da CST e a instalação de um complexo de química fina.

Se por um lado esses investimentos garantirão o crescimento do número de empregos, da renda per capita e da arrecadação, por outro há que se alertar para o impacto ambiental resultante desse crescimento, e a sobrecarga de investimentos urbanos a ser exigida dos governos estadual e municipal para tentar garantir um desenvolvimento razoavelmente equilibrado, pois trata-se em sua maioria de empreendimentos com distorcida relação investimento/emprego, de alto nível de capital sem a devida reciprocidade ao Poder Público para a instalação de infra-estrutura urbana e social para a população, podendo vir a comprometer seriamente a qualidade de vida no município.

2. SITUAÇÃO HABITACIONAL

O território do município da Serra tem a ocupação urbana concentrada nos seguintes eixos principais: a BR 101-Norte, a orla marítima, a Estrada Antiga, a Estrada Nova de Jacaraípe e o acesso ao CIVIT II. Ao longo da BR 101, os principais aglomerados de bairros são Carapina, Laranjeiras, Anchieta, Nova Carapina e Sede, ao longo da orla temos: Carapebus, Bicanga, Mangueiros, Jacaraípe e Nova Almeida. Ao longo da estrada antiga os aglomerados são: São Sebastião e São Diogo; ao longo da Estrada Nova de Jacaraípe: Laranjeiras e Feu Rosa. No acesso ao CIVIT II, diversos conjuntos do INOCOOPS formam o chamado **Grande CIVIT**.

O conceito de **bairro** varia conforme a população e os diversos órgãos públicos ou administrativos que atuam sobre o espaço urbano. A CESAN considera 61 bairros no município, dentre aqueles abastecidos de água, enquanto a Prefeitura Municipal da Serra em sua Planta Básica nomeia 134 localidades distintas. O Instituto Jones dos Santos Neves, em seu Plano Diretor de Transportes Urbanos, para efeito de pesquisa distinguiu 49 Zonas de Tráfego (ZTs), que correspondem aproximadamente a setores homogêneos intra-urbanos.

Nossa pesquisa, realizada por amostragem em 1985, os dados expandidos indicaram a existência de 27.389 domicílios e uma população residente de 124.389 moradores, o que dá uma média de 4,53 moradores/domicílio. Observa-se também a incidência de 32.253 empregados e 42.724 empregos, indicando defasagem na relação habitação/emprego, recebendo o município fluxo diário de trabalhadores. Quanto ao ensino, os estudantes do município, em número de 35.372, preenchem apenas 31.180 vagas, indicando haver uma emigração diária para fins de estudos.

PDTU/GV: PROJEÇÃO DAS VARIÁVEIS POR ZONAS DE TRÁFEGO

Município: Serra

Ano: 1985

ZT	BAIRROS	Nº DOMIC.	POPULAÇÃO
92	CST	-	-
93	CVRD	-	-
94	Manoel Plaza, Eurico Sales	861	4.320
95	Invasão	219	1.051
96	André Carloni	1.932	6.859
97	Carapina	1.337	6.442
98	Sossego, Sosseguinho	1.208	5.803
99	Jardim Limoeiro, S. Diogo, S. Geraldo	1.178	5.387
100	Novo Horizonte	282	1.291
101	Bicanga, Carapebus	243	939
102	Manguinhos	37	123
103	Parreiral	701	3.428
104	Laranjeiras, Valparaíso	2.457	11.183
105	Ornato, Conj. Atlântic Veneer	130	520
106	José de Anchieta, Jardim Tropical	2.782	14.649
107	Taquara I e Taquara II	672	2.976
108	Barcelona	1.084	4.585
109	CIVIT	-	-
110	Mata da Serra, Porto Canoa, Maringá	1.702	7.411
111	Calabouço	989	4.097
112	Pitanga	334	1.225
113	N. Carapina, Parque Mestre Álvaro, Barro Branco	964	4.407
114	Serra Dourada I, II e III	2.017	8.711
115	Vista da Serra, Campinho da Serra	1.432	6.760
116	São Domingos, Jardim Guanabara	261	1.193
117	Sede	947	4.915

Continua

Continuação

ZT	BAIRRO	Nº DOMIC.	POPULAÇÃO
118	São Marcos, Cascata	1.150	5.533
119	Bela Vista	296	1.365
120	Divinópolis	-	-
121	Conjunto Feu Rosa	275	1.100
122	Conjunto Castelândia	206	969
123	Castelândia Antiga	325	1.345
124	Jacaraípe	788	3.123
125	Bairro das Laranjeiras	194	851
126	Nova Almeida	330	1.504
TOTAL		27.383	124.065

Remarque-se a participação das unidades dos conjuntos no número de domicílios na Serra: os 16 conjuntos padrão INOCOOP totalizam 13.756 unidades, enquanto os 9 conjuntos padrão COHAB totalizam 12.224 unidades, das quais 9.214 estão ocupadas, havendo ainda 6681 unidades previstas em fase de análise, entre casas e apartamentos (ver item **Atuação do SFH**).

Sendo os conjuntos habitacionais financiados pelo SFH, infra-estruturados por exigência do BNH, os dados do Censo de 80, comparados aos de 70, mostram que provavelmente por aquela participação houve não apenas uma ampliação no número de domicílios permanentes, mas também na participação relativa daquelas providas de infra-estrutura. Esses dados referem-se à atendimento por energia elétrica (79,64% em 80), instalações sanitárias (86,73 em 80), abastecimento de água (56,10% por rede em 80) e fogão (85,14% a gás em 80).

Nos levantamentos de campo, verificou-se que, genericamente, nos conjuntos a carência de serviços e de infra-estrutura e equipamentos comunitários é pequena, todavia os serviços de coleta de lixo, o atendimento de

saúde e creches, as escolas acima de 4ª série e a disponibilidade de comércio e serviços são abaixo do desejável. Nos loteamentos, conforme o seu grau de consolidação, esses serviços são mais precários, acrescentando-se ainda entre as deficiências a falta de equipamentos de lazer, de calçamento e passeios nas vias, de rede de drenagem pluvial e de rede de esgotos. Nos aglomerados de baixa renda a precariedade é geral, acrescentando-se, para agravar o quadro, parcelamento irregular do solo, ruas estreitas, falta de iluminação pública. Genericamente, em praticamente todos os bairros visitados houve reclamações quanto à segurança e aos transportes coletivos, fato agravados pela quase inexistência de empregos nas áreas residenciais, o que obriga os trabalhadores a deslocamentos diários.

HABITAÇÃO E SANEAMENTO 1970-1980 - DADOS ABSOLUTOS E RELATIVOS

Município da Serra⁸

		ABSOLUTO	%
Domicílios Permanentes	1970	3.057	100,00
	1980	17.418	100,00
Energia Elétrica	1970	877	28,69
	1980	13.872	79,64
Instalações Sanitárias			
- Rede Geral	1970	-	-
	1980	-	-
- Fossa Septica	1970	404	13,22
	1980	8.190	47,02
- Fossa Rudimentar	1970	532	23,32
	1980	2.565	37,59

Continua

⁸ IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana; caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3. Quadro 16, pg. 832 e Quadro 17.

Continuação

		ABSOLUTO	%
- Outros	1970	103	3,43
	1980	517	2,12
- Não tem	1980	1.789	10,27
Abastecimento de Água			
- Rede Geral	1970	606	19,82
	1980	9.772	56,10
- Poço ou Nascente	1970	416	13,61
	1980	6.613	37,97
- Outra Fonte	1980	1.014	5,82
Fogão			
- Gás	1970	1.097	35,88
	1980	14.829	85,14
- Outros	1970	1.926	63,00
	1980	2.689	15,44

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Viana possui, segundo pesquisa realizada em 1984 pelo Departamento de Estatística da Prefeitura, 33.000 habitantes. Destes, estima-se que 22.542 estejam na zona urbana, que hoje possui a extensão aproximada de 50Km² e é composta por 32 bairros (além da sede administrativa). Estes bairros foram na sua grande maioria formados pelo processo de parcelamento do solo, na década 70, que se deu de forma desenfreada - só no período surgiram 30 loteamentos. Isto, aliado ao fato desses loteamentos (futuros bairros) terem surgidos próximo às indústrias, e estas estarem distante uma das outras, fez com que estes se conformassem em ilhas urbanas, com grande distâncias entre si, e diretamente ligadas às indústrias e ao município de Vitória.

O território que passou a constituir o município de Viana e que em 1813 fora escolhido para abrigar os colonos açorianos, era um sertão conhecido por Santo Agostinho. Estava situado no Município de Vitória e compreendia uma parte já povoada onde existem as fazendas Calabouço, Tanque, Borba, Jucu, Belém, Jucuruaba e Araçatiba, além de outras, estando o restante ainda coberto de matas virgens.

Com a fixação dos colonos na sesmaria destinada ao capelão da colônia, Frei Francisco Nascimento, estava fundada o núcleo populacional, em homenagem ao Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana que fora encarregado de organizar o povoamento da região.

Além dos açorianos, Viana recebeu também influência da Colonização Alemã e Italiana. Os primeiros se estabeleceram nos sertões de Biriricas, São Paulo de Biriricas e Alegre, isso por volta de 1965, e os segundos se estabeleceram na região denominada Baía Nova e Fazenda Jacarandá

posteriormente anexadas ao Município de Guarapari.

O território foi desmembrado do Município de Vitória, pela Lei nº 10 de 23 de julho de 1862, e levado a categoria de município, tendo sido instalado a 08 de dezembro daquele mesmo ano.

A Comarca foi instalada a 15 de julho de 1890 tendo sido uma das mais movimentadas do Estado, a partir de 13 de julho de 1895, quando foi inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro sul do Estado, hoje Estrada de Ferro Leopoldina, da qual Viana é a primeira estação a partir de Argolas. Foi a COMARCA suprimida a 16 de novembro de 1917, por injeções meramente políticas, passando o município a pertencer à COMARCA de Vitória.

Em virtude do Decreto Lei Estadual 15.177, de 31 de dezembro de 1943, o nome do município passou a ser Jabaeté, sendo restabelecida a antiga denominação de Viana, pela Lei 779 de 29 de dezembro de 1953. Dois são os distritos existentes: Viana (sede) e Araçatiba.

A ocupação do solo do Município de Viana se deu de forma muito lenta até os anos 70, quando em 10 anos, a população mais que dobra. Entretanto, apesar do crescimento populacional experimentado pelo município ter sido, em termos relativos, o maior da Grande Vitória, em número absoluto não significou muito, permanecendo Viana com a menor densidade demográfica da Região da Grande Vitória. (Ver Quadro I - em Anexo)

Na década de 40 a Grande Vitória possuía uma população de 110.931 habitantes, destes, 5.896 em Viana, portanto, o município possuía apenas 5% da população da Região. Essa população, na sua quase totalidade (92%), localiza-se na área rural. O urbano se resumia à sede do município e possuía uma população bastante reduzida, de 463 habitantes.

Na década seguinte (década 50) o quadro não se altera muito, isto para o Município de Viana, já que a Grande Vitória teve um acréscimo de popu

lação da ordem de 74% e o município da ordem de 15%. A participação do município em relação a população da Região cai de 5% para 3%. Na verdade os municípios que mais atraíram população foram Vitória e Vila Velha. Ver Quadro II - em anexo).

Na década de 60 observa-se o início do processo de urbanização do município com o surgimento do primeiro loteamento - Canaã - às margens da BR-262. Observa-se que este loteamento não surge como um processo de extensão da área urbana da sede, mas sim próximo a estabelecimentos comerciais e indústrias que começam a se instalar no município.

São em número de 8 os estabelecimentos industriais existentes na época, registrados no CENSO de 70 (Ver quadro III). No entanto é a atividade rural que ainda comanda a economia local e detém 85% da população local.

A década de 70 é um marco divisório na história da ocupação do município. Nesta época o processo de urbanização se intensifica, principalmente em função do asfaltamento da Br-262 e da Br-101 que, aliado ao fato da grande disponibilidade de terras, incentivou a instalação de um grande número de estabelecimentos industriais. (O CENSO de 80 registrou no período a existência de 26 estabelecimentos industriais - Ver Quadro III).

Em função disso o município passa a gerar um maior número de empregos na área urbana (Ver Quadro IV), passando a atrair tanto a população rural do município, como também população de outras regiões do Estado. Isto pode ser facilmente verificado no Quadro I, quando se observa um aumento significativo da população urbana do município no período.

Na área rural a principal cultura é a banana. Segundo o CENSO Agropecuário de 1980, a estrutura fundiária do município é praticamente definido pelas propriedades de 0 a 100ha, representando 91% do total. Destes, 82% pertencem ao extrato 0 a 50ha. Entretanto, em termos de área, os estabelecimentos acima de 100ha representam 59% da área municipal, indicando, assim, uma concentração nos maiores estabelecimentos.

VILA VELHA

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Vila Velha está localizado no litoral do Espírito Santo, limitando-se ao norte com Vitória, ao sul com Guarapari, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Viana e Cariacica. Ao todo são 60 bairros distribuídos nos 5 distritos: Centro, Ibes, Argolas, São Torquato e Barra do Jucu.

As transformações mais significativas de Vila Velha processaram-se mais acentuadamente à partir dos anos 60, o que está diretamente relacionado às mudanças sócio-econômicas sofridas pelo Estado neste período.

O crescimento demográfico do município pode ser explicado pelo processo de erradicação dos cafezais engendrado pelo governo federal, quando grandes massas populacionais migraram para a Grande Vitória, assentando-se, principalmente, em Cariacica e Vila Velha que absorveram no período 73/77 cerca de 66% das migrações da região.

Em 1985 o município possuía uma população estimada em 251.195 habitantes¹ considerando a migração interna e o número considerável de habitantes vindo de outros Estados, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

¹IJSN. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo. 1985-2010; projeções demográficas; rede urbana; caracterização do espaço. Vitória, 1985. V.3.

A mão-de-obra predominante no município é a não qualificada, o setor informal e o subemprego, cujo rendimento varia de 0 a 5 salários mínimos, acarretando um baixo padrão de vida para seus habitantes. O município não oferece trabalho especializado, o que vem levando parte da população a ter vínculos empregatícios na capital do Estado, Vitória, distante cerca de 15km de Vila Velha.

As atividades econômicas da zona urbana estão assim distribuídas: 117 indústrias de produtos alimentícios, 76 indústrias de confecções, 82 indústrias de construção civil, 84 indústrias de metalurgia, dentre outras.

Praticamente metade da área do município, na região sul, está fora do perímetro urbano. É composta por pequenas chácaras que recebem assistência técnica da EMATER, INCRA e PMVV, que também atendem à Colônia de Pesca da Praia de Itapoã e ao assentamento Xuri, na Barra do Jucu, onde predomina a produção para a subsistência.

Dentro da estrutura fundiária, ao sul do município percebe-se a existência de grandes propriedades, cujas áreas foram reservadas para fins especulativos.

A questão da legalização fundiária é outro problema que o município enfrenta, pois não tem nenhum ordenamento do solo, sendo grande parte de suas áreas formadas por invasão.

Porém, apesar do município possuir uma vocação rural até os dias atuais, este setor vem dia a dia perdendo espaço ao ponto de, a partir de 70, como já foi dito acima, a tônica do desenvolvimento do município passar a ser dada pelo crescimento urbano. No entanto é necessário ressaltar a origem desse crescimento.

O Município de Vitória durante os anos setenta viveu um processo intenso de industrialização. Soma-se a isso o forte processo migratório campo cidade, fruto da política de erradicação dos cafezais ocorrida no final dos anos sessenta que expulsou grande número de trabalhadores rurais, os quais se dirigiram para Vitória em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Esse processo de industrialização não se resumiu somente a Cidade de Vitória, já que a mesma não comportava todos os projetos, assim como, toda a população migrante.

Deste modo, os municípios vizinhos, entre eles Viana, absorve uma parte da expansão urbana de Vitória, integrando-se assim, à região da Grande Vitória.

Os indicadores desse desenvolvimento pode ser o crescimento populacional, da área urbana, que no intervalo 70-80 foi de 1.146%, a participação na formação da renda interna dos setores secundários e terciário, e por último, o fato do setor primário, ao contrário dos outros dois setores, ter diminuído o número de estabelecimentos agrícolas.

ANEXO 4

EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

MUNICÍPIOS	CENSO 1940	CENSO 1950	CENSO 1960	CENSO 1970	CENSO 1980	CENSO 1991 (*)
TOTAL	750.107	861.562	1.169.553	1.599.333	2.023.340	2.590.231
Afonso Cláudio	33.430	38.517	46.242	47.383	48.290	39.984
Água Doce do Norte	-	-	-	-	-	12.672
Águia Branca	-	-	-	-	-	9.827
Alegre	62.378	58.968	49.598	40.312	33.519	30.421
Alfredo Chaves	10.468	10.064	10.179	10.290	10.719	12.649
Alto Rio Novo	-	-	-	-	-	7.480
Anchieta	9.841	9.539	9.962	11.361	11.412	14.893
Apiacã	-	-	9.091	7.366	6.506	6.971
Aracruz	15.990	16.642	24.037	26.507	35.797	52.424
Atilio Vivacqua	-	-	-	7.112	5.955	6.678
Baixo Guandu	18.371	22.518	28.180	26.958	25.930	27.167
Barra de São Francisco ..	-	-	-	54.069	51.524	35.860
Boa Esperança	-	-	-	10.534	11.106	12.556
Bom Jesus do Norte	-	-	-	5.190	6.572	7.962
Cachoeiro de Itapemirim.	72.034	81.082	90.271	100.010	123.699	143.763
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422	189.089	274.450
Castelo	33.171	34.409	39.537	25.759	25.879	29.566
Colatina	66.263	100.437	152.807	105.096	111.676	106.712
Conceição da Barra	5.327	10.286	31.709	32.073	28.386	22.288
Conceição do Castelo ...	-	-	-	14.992	17.328	10.517
Divino de São Lourenço ..	-	-	-	3.938	3.420	4.838
Domingos Martins	16.718	16.854	20.521	24.453	27.576	35.459
Dores do Rio Preto	-	-	-	3.723	4.005	5.265
Ecoporanga	-	-	-	47.501	31.400	24.360
Fundão	8.630	8.096	7.410	8.170	9.213	10.207
Guaçu	26.162	24.952	32.055	16.715	19.397	21.965
Guarapari	11.256	12.350	14.861	24.105	38.496	61.597
Ibatiba	-	-	-	-	-	15.546
Ibiracu	14.593	14.160	16.068	17.064	20.224	9.369
Ibitirana	-	-	-	-	-	7.658
Iconha	10.797	9.782	10.405	7.604	8.286	10.188
Itaguacu	17.313	18.258	21.568	12.015	13.266	13.375

Continua

EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

MUNICÍPIOS	CENSO 1940	CENSO 1950	CENSO 1960	CENSO 1970	CENSO 1980	CENSO 1991 (*)
Itapenirim	27.992	28.741	31.733	28.558	35.110	44.359
Itarana	-	-	-	8.760	8.922	10.390
Iúna	20.004	24.366	31.748	31.876	37.613	32.373
Jaguaré	-	-	-	-	-	17.051
Jerônimo Monteiro	-	-	8.257	7.268	8.291	8.903
João Neiva	-	-	-	-	-	13.442
Laranja da Terra	-	-	-	-	-	10.636
Linhares	-	29.381	64.974	92.329	123.168	119.501
Mantenópolis	-	-	-	12.105	13.633	13.941
Marilândia	-	-	-	-	-	9.015
Mimoso do Sul	49.813	42.873	32.842	23.778	23.284	24.031
Montanha	-	-	-	13.363	17.388	18.098
Mucurici	-	-	3.943	19.827	11.527	11.323
Muniz Freire	20.933	19.087	21.669	18.799	18.973	20.169
Muqui	17.676	16.386	14.876	12.666	12.563	13.609
Nova Venécia	-	-	42.992	47.400	45.667	47.708
Pancas	-	-	-	20.117	30.099	21.023
Pedro Canário	-	-	-	-	-	21.542
Pinheiros	-	-	-	21.153	20.058	21.311
Piúma	-	-	-	3.583	5.342	9.375
Presidente Kennedy	-	-	-	10.789	9.805	9.445
Rio Bananal	-	-	-	-	-	15.431
Rio Novo do Sul	8.144	7.394	8.170	9.161	8.895	10.001
Santa Leopoldina	17.031	17.711	19.381	21.911	24.660	11.118
Santa Maria de Jetibá	-	-	-	-	-	23.057
Santa Teresa	22.179	21.925	24.630	25.330	25.987	29.365
São Gabriel da Palha	-	-	-	35.439	42.289	30.142
São José do Calçado	16.973	16.002	15.020	9.588	9.139	10.209
São Mateus	24.250	39.850	39.706	41.150	55.083	73.830
Serra	6.415	9.245	9.192	17.206	82.581	221.513
Vargem Alta	-	-	-	-	-	13.088
Venda Nova do Imigrante	-	-	-	-	-	12.027
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529	23.440	43.836
Vila Velha	17.054	23.127	55.589	123.742	203.406	265.249
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019	207.747	250.245

(*) . Dados Preliminares.

Eset/ES - CI